



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

INCONVENIENTE E PERIGOSA?

Um estudo sobre a representação pública da população em situação de rua no caderno 'Zona Sul' do jornal 'O Globo'

MARIANA SCHREIBER RIBEIRO

Rio de Janeiro

2007



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

INCONVENIENTE E PERIGOSA?

Um estudo sobre a representação pública da população em situação de rua no caderno ‘Zona Sul’ do jornal ‘O Globo’

Monografia submetida à Banca de Graduação
como requisito para obtenção do diploma de
Comunicação Social – Jornalismo.

MARIANA SCHREIBER RIBEIRO

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Gibaldi Vaz

Rio de Janeiro

2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **Inconveniente e Perigosa? – um estudo sobre a representação pública da população em situação de rua no caderno ‘Zona Sul’ do jornal ‘O Globo’**, elaborada por Mariana Schreiber Ribeiro.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 20____.

Comissão Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Gibaldi Vaz
Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicação – UFRJ
Departamento de Comunicação - UFRJ

Profª. Dra. Ieda Tucherman
Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação – UFRJ
Departamento de Comunicação - UFRJ

Prof. Dr. Dario de Souza Silva Filho
Doutor em Sociologia pela Sociedade Brasileira de Instrução - SBI/IUPERJ
Departamento de Sociologia - UERJ

Rio de Janeiro

2007

SCHREIBER, Mariana. **Inconveniente e Perigosa? – um estudo sobre a representação pública da população em situação de rua no caderno ‘Zona Sul’ do jornal ‘O Globo’**. Orientador: Paulo Roberto Gibaldi Vaz. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO. Monografia em Jornalismo.

RESUMO

O estudo investiga a imagem da população em situação de rua na imprensa escrita com público de classes A e B. Os principais objetos de análise são os cadernos de bairro “Copacabana”, “Ipanema” e “Botafogo”, de 1985, e o caderno “Zona Sul”, de 2007, todos publicados pelo jornal “O Globo” e que costumam retratar as pessoas que vivem nas ruas como um estorvo e uma ameaça para os moradores residenciais das áreas nobres do Rio de Janeiro. A partir da teoria do discurso de Michel Foucault e a de Luc Boltanski sobre a “indignação unânime”, investigou-se que recursos discursivos estão envolvidos na construção da imagem do pobre como algoz e da classe média, como vítima. Auxiliada pelas reflexões de Robert Castel e George Vigarello, buscou-se também mostrar como a indignação foi tratada e gerenciada ao longo dos séculos e quais os estereótipos têm sido utilizados para definir a população de rua. Nos cadernos de bairro de “O Globo”, este grupo costuma ser visto como sujo e violento, o que gera respostas majoritariamente repressivas à questão social. O estudo procura apontar, ainda, outras formas de discurso possíveis sobre o tema que, ao investigar com menos preconceito a realidade dessa população, humanizam as pessoas que estão nas ruas, sendo capazes de gerar medidas menos simplistas e mais democráticas que busquem superar este problema social.

*A minha família
e amigos*

Agradeço o apoio recebido da ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância e da Fundação W.K. Kellogg, no âmbito do Programa InFormação – Programa de Cooperação para a Qualificação de Estudantes de Jornalismo.

Não há fatos, só interpretações.

Friedrich Nietzsche

Gente é pra brilhar, não pra morrer de fome.

Caetano Veloso

A impossibilidade de conseguir um lugar estável nas formas dominantes de organização do trabalho e nos modos reconhecidos de pertencimento comunitário (...) é que ainda constitui os 'supranumerários' de outrora, de ontem e de hoje.

Robert Castel

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

2. A REALIDADE SOCIAL DA POPULAÇÃO DE RUA

2.1 RETRATOS COMUNS DA POPULAÇÃO DE RUA NA IMPRENSA

2.2 RETRATOS SOCIAIS DA POPULAÇÃO DE RUA

2.2.1 Carência de estudos

2.2.2 Pesquisas sobre a população de rua

2.2.3 Dados demográficos

2.2.4 Locais de aglomeração

2.2.5 Motivos que levam as pessoas às ruas

2.2.6 Trabalho e formas de sobrevivência

3. OS ESTERIÓTIPOS DA IMORALIDADE DA POPULAÇÃO DE RUA

3.1 INDIGENTES VÁLIDOS

3.2 POBREZA E SUJEIRA

4. A VITIMIZAÇÃO DA ELITE E ESTIGMATIZAÇÃO DO POBRE NO JORNAL

4.1 O DISCURSO JORNALÍSTICO E AS RELAÇÕES DE PODER

4.2 O COMUNITARISMO ESTREITO E A VITIMIZAÇÃO DA ELITE

4.2.1 O discurso do sofrimento

4.2.2 O discurso da indignação unânime

5. A ANÁLISE DAS MATÉRIAS DOS JORNAIS DE BAIRRO

5.1 METODOLOGIA

5.2 OS JORNAIS DE BAIRRO DE ‘O GLOBO’

5.3 QUEM TEM VOZ NOS JORNAIS DE BAIRRO

5.4 O QUE É FALADO SOBRE A POPULAÇÃO DE RUA

5.5 GRAU DE HUMANIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE RUA

5.6 AUSÊNCIA DE CAUSAS E SOLUÇÕES

5.7 RESPONSABILIZAÇÃO E DÊS-RESPONSABILIZAÇÃO

6. CONCLUSÃO

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. INTRODUÇÃO

Como moradora da Zona Sul do Rio de Janeiro, cruzo todos os dias com inúmeras pessoas que estão em situação de rua. Esse encontro diário com a miséria despertou em mim o desejo de fazer alguma coisa que contribuísse para mudar esse quadro, o que acabou me levando a ser voluntária da Organização Civil de Ação Social (OCAS) a partir de 2006. Esta instituição publica a revista “Ocas” e, por meio dela, tenta melhorar a vidas das pessoas sem moradia. A publicação é vendida apenas por gente que está em situação de rua, gerando renda e permitindo a reconquista de sua autonomia. Por outro lado, também dá visibilidade e voz a esta população, tentando combater o preconceito que ela costuma sofrer.

O trabalho na OCAS me proporcionou uma convivência mais íntima com o universo da população de rua e fez com que eu passasse a prestar mais atenção na forma como este segmento social é retratado pela imprensa. Deparei-me, então, com matérias que em geral abordam o problema sob o ponto de vista dos moradores residenciais e comerciantes da cidade, tratando as pessoas que vivem nas ruas como um estorvo e uma ameaça. Ao mesmo tempo constatei que inexistente uma política pública para tentar mudar a realidade dessas pessoas. Pelo contrário, o que prevalece entre as iniciativas para tratar a questão são medidas violentas e paliativas. É o caso, por exemplo, da “Operação Cata-Tralha” realizada pela prefeitura do Rio e cuja existência foi denunciada pelas ONGs Justiça Global e Médicos Sem Fronteiras em 2004 e 2005. Tal operação tentava forçar o êxodo da população de rua das áreas nobres da cidade acuando-a por meio do recolhimento forçado de seus pertences, inclusive de documentos. Nos últimos dois anos, acompanhei outras iniciativas igualmente inócuas e repulsivas, como a instalação de rampas sob um viaduto em São Paulo e chuveirinhos sob marquises cariocas para impedir a permanência dos “sem-teto” nesses locais. No bairro de Botafogo, onde moro, a marquise de um prédio que servia de abrigo para a população de rua foi derrubada em setembro exatamente para que eles procurassem outro ponto para pernoitar. Com o mesmo objetivo, grades foram construídas no entorno de um edifício da minha rua.

O estudo teórico da comunicação, a leitura de autores como Michel Foucault e Roland Barthes me ensinaram que o discurso é produzido socialmente e interfere na sociedade. Assim, a representação pública da população de rua pode ser construída a partir de inúmeros

pontos de vista, todos eles envoltos em interesses e relações de poder. O discurso jamais será neutro, embora a imprensa insista neste mito para conquistar credibilidade. O que existe são diversas interpretações possíveis de um problema, que vão criar diferentes formas de se relacionar com ele. A hipótese que deu início a este trabalho, portanto, é a de que o predomínio, na grande mídia, de um discurso que criminaliza e estigmatiza a população de rua, tende a produzir apenas respostas paliativas e violentas para o problema.

Pareceu-me interessante, portanto, realizar a análise da representação social existente sobre as pessoas em situação de rua para entender como ela influencia a construção das medidas atualmente empregadas no enfrentamento dessa questão social. Busquei também investigar possíveis alternativas de enfoques midiáticos, que instiguem um novo olhar sobre o tema, estimulando a construção de uma política pública que trabalhe as complexidades envolvidas no fenômeno da ocupação das ruas como forma de moradia e sobrevivência, buscando a superação desse problema social.

No primeiro capítulo, realizei uma descrição sociológica da realidade das pessoas em situação de rua a partir de quatro pesquisas censitárias realizadas junto a este segmento. No segundo, utilizei a teoria do discurso de Michel Foucault e a de Luc Boltanski sobre a “indignação unânime” para mostrar que recursos discursivos estão envolvidos na construção da imagem do pobre como algoz e da classe média como vítima. No terceiro, tracei a historicidade da questão, a partir das pesquisas de Robert Castel e George Vigarrelo, buscando mostrar como ela foi tratada e gerenciada ao longo dos séculos e como os atributos de sujeira e ócio tem sido utilizados para definir a população de rua.

Na última parte desse estudo, foi realizada uma análise detalhada das reportagens publicadas nos cadernos de bairro do jornal “O Globo” que cobriam as áreas mais nobres do Rio de Janeiro em 1985 (cadernos “Copacabana”, “Ipanema” e “Botafogo”) e em 2007 (caderno “Zona Sul”). Essas publicações foram escolhidas porque trazem com frequência matérias sobre o assunto, são suplementos do jornal carioca de maior renome nacional, e são destinadas à elite, o que permitiu investigar especificamente como o segmento mais privilegiado da sociedade é interpelado sobre o assunto. A análise histórica teve como objetivo detectar possíveis mudanças no enfoque das matérias, dadas as diferenças de contexto político e econômico que marcam as

duas épocas. Além disso, foi produzida uma rápida análise de uma matéria especial da “Carta Capital” sobre a população de rua e do discurso presente na “Ocas”, cujo perfil dos leitores também é o de classes econômicas mais privilegiadas

2. A REALIDADE SOCIAL DA POPULAÇÃO DE RUA

2.1 RETRATOS COMUNS DA POPULAÇÃO DE RUA NA IMPRENSA

Quinta-feira, 8 de novembro de 2007, a capa do caderno “Zona Sul”, publicado semanalmente pelo jornal “O Globo”, anuncia a mudança da estação. Manchete: “Vem chegando o verão... E, com ele, as mazelas que atrapalham o lazer do carioca: poluição na água e na areia, desordem, camelôs, flanelinhas e mendigos”¹. Essa chamada sintetiza bem como a população de rua costuma ser retratada no jornalismo impresso voltado para o público mais abastado. Em geral, são matérias que abordam a questão sob o ponto de vista dos moradores de residências nobres, que se sentem penalizados pela convivência com pessoas que vivem nas ruas, consideradas sujas, viciadas, doentes e perigosas. Enfim, neste espaço discursivo, elas são “mazelas que atrapalham”.

Neste caderno, as pessoas que se relacionam com a rua como forma de moradia e sobrevivência são usualmente identificadas como “mendigos” ou “moradores de rua” e costumam estar relacionadas a termos como “sujeira”, “lixo”, “baderna”, “drogas” e “assaltos”. Em raros casos se investiga as razões que levaram essas pessoas às ruas. Com descrições baseadas majoritariamente na observação distante e meramente visual deste grupo, as reportagens dificilmente entrevistam esses indivíduos para investigar seu universo com mais profundidade e realidade.

A leitura continuada das publicações da imprensa escrita carioca destinadas às classes A e B nos últimos dois anos faz crer que esse grupo privilegiado economicamente enxerga a população em situação de rua como pessoas nocivas que devem ser removidas das áreas nobres. Essa visão influencia e é influenciada pela cobertura jornalística da questão e aparentemente produz atitudes apenas pontuais e repressivas das autoridades e da própria sociedade, ineficazes na resolução de um problema social complexo, que envolve diversos fatores como problemas econômicos, psicológicos, crises familiares, violência urbana e doméstica e dependência química.

Apesar da reconhecida diversidade, as pessoas em situação de rua partilham inúmeras características. São todos muito pobres, pessoas para quem algumas

¹ *Vem chegando o verão... O Globo*. Rio de Janeiro, 08 nov. 2007. Zona Sul p. 1.

das instituições básicas da sociedade – propriedade privada, família, mercado – deixaram de propiciar as estratégias usuais de sobrevivência. A trajetória de vida que os levou às ruas desenha sempre uma seqüência de fracassos pessoais e desamparo institucional. Sem casa e sem lar, reinventam diariamente as soluções para sua subsistência: alimentos, abrigo, dinheiro, bebida, remédios e segurança².

Antes de entrar propriamente na análise das reportagens, para investigar sua construção discursiva, serão utilizados dados de algumas pesquisas sobre pessoas em situação de rua, que podem servir para uma compreensão mais detalhada dessa população. Assim, ter-se-ão mais subsídios para propor novas abordagens jornalísticas sobre a questão.

2.2 RETRATOS SOCIAIS DA POPULAÇÃO DE RUA

2.2.1 Carência de estudos

É difícil definir com precisão quantas pessoas utilizam a rua como forma de moradia e fonte de sobrevivência. O principal instrumento de recenseamento da população brasileira, o censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) decenalmente, exclui este segmento de sua pesquisa. Apenas aqueles que têm domicílio são entrevistados e contabilizados pelo instituto, que define a importância do instrumento em seu *site*: “Os censos produzem informações imprescindíveis para a definição de políticas públicas estaduais e municipais e para a tomada de decisões de investimento, sejam eles provenientes da iniciativa privada ou de qualquer nível de governo”. A não investigação da realidade da população em situação de rua pelo IBGE revela o desinteresse da sociedade por tal grupo e chama atenção para a ausência de políticas públicas dedicadas ao problema.

Tentando preencher esta lacuna, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome faria, em outubro, uma contagem de população de rua em todo o país, exceto em Belo Horizonte, Recife e São Paulo, onde governos estaduais já haviam feito o levantamento desses

² *Estimativa do Número de Pessoas em Situação de Rua da Cidade de São Paulo em 2003*. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo. 2003., p. 6. Disponível em http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/assistencia_social/pesquisasemapas/0001. Acesso em 05/09/2007.

dados. A informação é de uma matéria da Agência Brasil³ de 25 de agosto de 2007. Na reportagem, a coordenadora de Regulamentação da Proteção Social Especial do Ministério, Solange Martins, explica que a intenção da pesquisa é descobrir como os recenseados vivem, onde moram e como são os vínculos de relação familiar. Segundo a coordenadora, o levantamento servirá para o governo elaborar projetos e programas sociais voltados para essa população. Na matéria, ela reconhece a ausência dos mesmos: “Ainda não existem políticas públicas específicas para moradores de rua. O Bolsa Família, que é um programa de inclusão social, por exemplo, grande parte dessa população não recebe, porque não sabe ou não conhece”.

Certamente, características próprias a esta população dificultam seu recenseamento. A falta de domicílio transforma toda a área das cidades em área de pesquisa, e a freqüente mobilidade dessas pessoas, que costumam circular pelo espaço urbano em busca de alternativas de alimentação e abrigo, exige agilidade para evitar a dupla contagem no caso de deslocamento do indivíduo. Descobrir o que caracteriza esta população, os caminhos que estas pessoas traçaram até a rua, as formas como elas se apropriam do espaço público e suas dinâmicas de sobrevivência exige, portanto, vontade política e investimentos. Apesar das pessoas que vivem nas ruas serem ignoradas pelo censo nacional, existem alguns estudos desenvolvidos por outros organismos, os quais utilizarei para traçar o perfil – ou perfis, dada a heterogeneidade do segmento – deste grupo social.

2.2.2 Pesquisas sobre a população de rua

Segundo o portal de notícias “G1”, o último levantamento realizado pela prefeitura do Rio de Janeiro, divulgado em outubro de 2007, revelou que 1.932 pessoas viviam em situação de rua no município – 250 a mais do que no ano anterior (a matéria ressalta que, em 2006, “o estudo não levou em conta a Barra da Tijuca, devido à ‘complexidades em torno de concentração, localidades e distâncias’ entre elas”⁴). Durante maio e junho de 1999, um levantamento da

³ MACHADO, Grazielle. *Censo de moradores de rua será feito a partir de outubro pelo Ministério de Desenvolvimento Social. Agência Brasil*. Brasília, 25 ago. 2007. Disponível em <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/08/24/materia.2007-08-24.8286537117/view>. Acesso: 12/09/2007. Os resultados do levantamento ainda não foram divulgados.

⁴ *Estudo da prefeitura traça o perfil de 1682 moradores de ruas. G1*. Rio de Janeiro, 09 nov. 2006. Disponível em <http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,AA1345085-5606,00.html>. Acesso: 12/09/2007.

Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), realizado em 71 bairros da região metropolitana fluminense, encontrou 3.535 pessoas em situação de rua. Deste total, 2.771 estavam no município do Rio. A pesquisa realizou, ainda, entrevistas com 535 delas. Seus resultados estão disponíveis no artigo “Feios Sujos e Malvados - Os sem teto e o mundo do trabalho na rua”⁵, do sociólogo Dario de Souza Silva Filho, um dos coordenadores do levantamento.

Na primeira quinzena de maio de 1991, a Secretaria Municipal do Bem-estar social de São Paulo, em parceria com entidades que trabalham com a população de rua, realizou uma contagem abrangendo apenas a área central do município e ali encontrou 3.392 pessoas pernoitando na rua⁶. Além de investigar aspectos como os locais de aglomeração desta população e há quanto tempo ocupava determinado espaço, este estudo também entrevistou 635 usuários de serviços que atendiam esta população, para investigar os perfis e questões relacionadas ao cotidiano desse grupo. Cerca de 50% foram entrevistados em abrigos de inverno, que oferecem hospedagem por três meses durante a estação; 27,5% estavam em Casas de Convivência, local de atendimento diurno, aberto, que servia para a convivência da população e oferecia banho, alimentação e atendimento de saúde; e cerca de 16% concederam entrevista em albergues que disponibilizam abrigo noturno

Mais recentemente, em 2000 e 2003, Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social paulista (SAS) contratou a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) para realização de um censo da população de rua em todo o município, incluindo a parcela que vivia em albergues⁷. Em 2000, 8.706 pessoas foram recenseadas, sendo que 5.013 dormiam nas ruas e 3.693, em albergues. Em 2003, o estudo usou como base os dados de 2000 e recenseou apenas as regiões de maior aglomeração de população de rua, utilizando projeções para calcular o total. Estimou-se que, em 2003, existiam 10.399 pessoas em situação de rua nos 29 distritos

⁵ SILVA FILHO, D. S. 2002. *Feios, Sujos e Malvados - Os sem teto e o mundo do trabalho na rua*. Cadernos de Sociologia e Política Fórum dos Alunos do Iuperj, Rio de Janeiro, v. 5, p. 129-151.

⁶ O estudo foi publicado no livro “População de Rua – quem é, como vive, com é vista”. O levantamento foi feito nas áreas regionais da Sé, da Lapa, de Pinheiros, e parte das regionais da Mooca, da Penha, do Ipiranga, da Vila Mariana.

⁷ *Estimativa do Número de Pessoas em Situação de Rua da Cidade de São Paulo em 2003*. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo. 2003. Disponível em http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/assistencia_social/pesquisasemapas/0001. Acesso em 05/09/2007.

pesquisados na cidade de São Paulo. Desse total, 4.213 (40,5%) pernoitavam nas ruas e demais logradouros da cidade, enquanto 6.186 (59,5%) encontravam-se albergados⁸.

2.2.3 Dados demográficos

Todos os estudos apontam que a população de rua é majoritariamente masculina e adulta. Os homens representam cerca de 80% do total (Tabela 01). Segundo o relatório do censo de São Paulo, a predominância do gênero masculino neste segmento se repete nas grandes cidades americanas, européias e até mesmo no Japão⁹.

O fato de existir uma proporção menor de mulheres na rua indica que elas têm mais alternativas do que homens para se abrigar, quer na própria família, quer em empregos domésticos. Por outro lado, é o homem que usualmente sai de casa, que migra, viaja, ganha novos espaços. Tradicionalmente é o espaço doméstico reservado à mulher, o que talvez explique o fato das mulheres pesquisadas serem originárias de lugares mais próximos (principalmente do estado de São Paulo) do que homens, que apresentam percursos migratórios variados e que cobrem longas distâncias¹⁰.

Tabela 01: Composição da população de rua por gênero, segundo as quatro pesquisas

Pesquisa	Homens	Mulheres	Não identificado	Total (100%)
Rio de Janeiro / 2006	1346 (80%)	336 (20%)	0%	1.682
Rio de Janeiro / 1999	2775 (76,6%)	760 (21,5%)	0%	3.535
São Paulo / 2003	8767 (84,3%)	1420 (13,7%)	212 (2,0%)	10.399
São Paulo / 2000	6.761 (80,6%)	1.188 (18,6%)	139 (0,8%)	8.706
São Paulo / 1991	559 (88,1%)	76 (11,9%)	0%	635

A pesquisa de 2006 da prefeitura do Rio, aponta que a grande maioria da população de rua carioca é de adultos (63,5%), com percentuais importantes de jovens (10,6%) e adolescentes (10,8%). Crianças são 3,5% e idosos, 3,6%. Em cerca de 8% dos casos a idade não foi informada. Essa proporção se repete no resultado das demais pesquisas, que especificam mais detalhadamente a idade dos recenseados (Tabelas 02, 03 e 04). O censo de 2003 identificou que a

⁸ O estudo destaca o crescimento em mais de 50% do número de vagas em albergues da rede de serviços de SAS, entre 2000 e 2003.

⁹ *Estimativa do Número de Pessoas em Situação de Rua da Cidade de São Paulo em 2003*. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo. 2003., p. 27. Disponível em http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/assistencia_social/pesquisasemapas/0001. Acesso em 05/09/2007.

¹⁰ ROSA, C. M., VIEIRA, M. e BEZERRA, E. 1994. *População de Rua: quem é, como vive, como é vista*. São Paulo: Editora Hucitec., p. 90.

idade média dos recenseados era de 38 anos, sendo que os albergados eram, em média, mais velhos do que daqueles que estavam desabrigados. Souza Filho observa que “este grupo se enquadra entre os potencialmente aptos pra o treinamento e exercício de atividades produtivas típicas da população economicamente ativa que não vive nas ruas”¹¹.

Tabela 02: Composição da população de rua por idade, segundo o Censo 2003 (SP)

Faixa-etária	0 – 17	18 – 25	26 – 40	41 – 55	56 ou mais	Não informa	Total
Número	325	874	3.345	3491	1442	923	10399
Frequência	3%	8,4%	32,2%	33,6%	13,9%	8,9%	100%

Tabela 03: Composição da população de rua por idade, segundo pesquisa de 1991 (SP)

Faixa-etária	0 – 19	20 – 24	25 – 29	30 – 49	50 – 59	60 ou mais	Total
Número	35	57	72	384	62	25	635
Frequência	5,51%	8,97%	11,33%	60,47%	9,76%	3,93%	100%

Tabela 04: Composição da população de rua por idade, segundo pesquisa de 1999 (RJ)

Faixa-etária	0 – 17	18 – 60	60 ou mais	Total
Número	440	2.963	132	3.535
Frequência	12,45%	83,82%	3,73%	100%

Os resultados das pesquisas apontam que existe uma diferença entre a cor das pessoas em situação de rua albergadas e aqueles que estão propriamente nas ruas. O Censo de 2003 aponta que 42% dos albergados são brancos, enquanto que, entre os que não estão em abrigos, eles são 29,4% da população de rua. Enquanto que os pretos e pardos representam 62,3% dos que estão nas ruas e 56,5% dos que estão em albergues. Examinando-se os dados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE, “vê-se que a população de pele branca na cidade de São Paulo

¹¹ SILVA FILHO, D. S. 2002. *Feios Sujos e Malvados - Os sem teto e o mundo do trabalho na rua*. Cadernos de Sociologia e Política Fórum dos Alunos do Iuperj, Rio de Janeiro, v. 5, p. 136.

atinge quase 70%, percentual significativamente maior que o encontrados nas ruas e nos albergues”¹².

A pesquisa de 1991, em São Paulo, que entrevistou 635 pessoas albergadas ou atendidas nas casas de convivência, identificou 320 brancos (50,39%), 120 pretos (18,90%) e 195 pardos (30,71%). Já a pesquisa de 1999, realizada no Rio, conversou com 535 pessoas diretamente nas ruas e utilizou como parâmetro de classificação a auto-definição que cada um deles dava a sua cor. O resultado foi que 68% se declararam não-brancos (Tabela 05):

Tabela 05: Composição da população de rua por cor, segundo pesquisa de 1999 (RJ)

Cor	Branco	Negro / preto	Moreno	Pardo	Mulato	Não respondeu	Outros	Total
Frequência	13%	20%	31%	10%	7%	10%	9%	100%

2.2.4 Locais de aglomeração

As quatro pesquisas apontam a tendência da população de rua em se concentrar nos centros comerciais, principalmente, e nas áreas mais ricas da cidade. O levantamento da SMAS de 2006 indicou que o Centro do Rio (Avenida Presidente Vargas, Central do Brasil, Praça Mauá, Campo de Santana, Lapa, Largo da Carioca, Avenida Rio Branco, Praça XV, Rua Santa Luzia e localidades na área portuária) tinha a maior concentração de pessoas (40%), seguido da Zona Sul, com 29%, onde eles foram encontrados principalmente em Copacabana, mas também em quantidade expressiva em Ipanema, Leblon, Lagoa, Humaitá, Botafogo, Catete e Glória. O resultado difere um pouco do apresentado pela pesquisa da UERJ que, sete anos antes, encontrou 33,5% da população contabilizada na região metropolitana do Rio vivendo no Centro da Cidade; 27,6%, na Zona Norte; 14,2%, na Zona Sul; e 3,4%, na Zona Oeste.

Silva Filho destaca que o Centro do Rio, embora seja uma região geograficamente menor que as demais, possui o maior contingente e a maior densidade por oferecer mais opções de recursos para a sobrevivência. Inversamente, os municípios pesquisados na Baixada

¹² “Nos Estados Unidos, para cidades com mais de 100.000 habitantes, a porcentagens de negros entre os moradores de rua atinge 41%, bastante superior à de hispânicos (10%) e pouco menor que a dos brancos não hispânicos (Marpsat, 1999). Em Belo Horizonte, a população se distribui, por cor, nas seguintes proporções: branca, 24,6%; negra, 36,8%; parda, 36,7% e amarela/índigena, 1,6%”. *Estimativa do Número de Pessoas em Situação de Rua da Cidade de São Paulo em 2003*. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo. 2003., p. 28. Disponível em http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/assistencia_social/pesquisasemapas/0001. Acesso em 05/09/2007.

Fluminense, mais pobres e que, portanto, oferecem menos recursos, tinham pequeno contingente de população de rua: em Nilópolis, ficavam 3%; em Nova Iguaçu, 2,6%; em Caxias, 1,8%; e em São João de Meriti, 1,3%. O sociólogo analisa também que, apesar de proporcionalmente a Zona Sul ter aparecido em sua pesquisa como abrigo de menos pessoas de rua, por ser uma região menor do que a Zona Norte, esta população fica mais concentrada, aumentando sua visibilidade.

Realizando cálculos a partir dos dados do censo de 2003, constatei que 64,2% das pessoas que pernoitavam na rua estavam nos dez distritos da área central da cidade de São Paulo. Contabilizando também os que estavam alojados em albergues, esta região abrigava 58,7% da população de rua paulista. Este mesmo censo classificou os pontos onde as pessoas foram encontradas: 50,1% delas estavam em regiões comerciais, e 34,3%, em regiões “mistas”¹³. O que explica essa concentração é o fato de serem “as áreas comerciais que possibilitam melhores condições para o abrigo noturno, catação e oferta de alimentos”¹⁴. A diferença do número de pessoas entre o período diurno, quando há mais movimento, e o noturno, quando as ruas ficam vazias, também ajudaria a explicar a concentração: o movimento maior durante o dia aumentaria as chances de adquirir recursos para a sobrevivência, e o esvaziamento noturno da região tornaria o local mais tranquilo¹⁵ para o pernoite. O estudo também aponta a maior abundância de lixo – que serve de fonte de dinheiro, no caso da reciclagem, ou mesmo de alimento – nessas regiões como fator concentrador.

Exatamente por causa dessa tendência, a pesquisa realizada em 1991, interessada em compreender melhor a realidade desta população, privilegiou os bairros centrais de São Paulo. Reforça a tese do poder de atração do centro da cidade, no entanto, o fato de que a maioria das pessoas (78,2%) tenha sido encontrada na região administrativa da Sé, a mais central dentre as recenseadas. Segundo os pesquisadores, os dados revelam que à proporção que se caminha em direção a outros bairros, distanciando-se do centro, a distribuição das pessoas em situação de rua vai ficando rarefeita.

¹³ Embora a pesquisa não especifique o que são pontos mistos, é possível concluir que sejam locais que agreguem características de duas ou mais categorias criadas na classificação: via expressa (5,9%), residencial (5,8%), industrial (1,9%); outros (1,6%).

¹⁴ *Estimativa do Número de Pessoas em Situação de Rua da Cidade de São Paulo em 2003*. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo. 2003., p. 26. Disponível em http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/assistencia_social/pesquisasemapas/0001. Acesso em 05/09/2007.

¹⁵ “Tranquilo” talvez não seja o melhor termo, pois aquele que dorme na rua, precariamente abrigado, fica em estado de vigília constante.

A concentração da população de rua no centro da cidade parece estar ligada às oportunidades de garantir a sobrevivência através de pequenos bicos e obtenção de alimentação distribuída por entidades filantrópicas e por restaurantes e bares. Além disso, pelo fato de o centro vir sofrendo um processo de deterioração progressiva, torna-o lugar de agregação de população de rua pela oportunidade de utilização de imóveis abandonados, viadutos, além dos abrigos, albergues e inúmeras marquises de lojas e prédios públicos; a grande circulação de pessoas nessa área facilita a prática da mendicância¹⁶.

2.2.5 Motivos que levam as pessoas às ruas

Os principais motivos, apontados pelos estudos, que levam as pessoas à situação de rua são a falta de rendimento econômico e os problemas familiares. A pesquisa de 1991 não investigou quantitativamente estes fatores, mas cita dado de outro estudo¹⁷ indicando que os motivos apresentados para perda de residência foram desemprego (31,8 %), problemas familiares (22,7 %), insuficiência de renda (18,2%) e término da obra de construção civil onde trabalham (15,8%)¹⁸. No estudo de 2006 da SMAS, os motivos relatados como indutores da ida para a rua foram desemprego ou realização de atividade de geração de renda (30,2%), conflito familiar (24,4%) e uso de drogas (8,7%). O relatório destaca que “hoje o alcoolismo é um motivo muito menos significativo do que era há 10 anos”. Em 32,2% dos casos, não houve informação a respeito deste ponto.

Mas a trajetória percorrida por uma pessoa até rua pode incluir outros fatores, que se conjugam aos dois já citados. A pesquisa realizada pela UERJ, que sobre este aspecto entrevistou 514 pessoas, aponta mais detalhadamente estes motivos (Tabela 06). Silva Filho observa que problemas familiares, por exemplo, são comuns a todas as classes sociais. Entretanto, num quadro de vulnerabilidade social do indivíduo, pode servir como fator deflagrador da ida para a

¹⁶ ROSA, C. M., VIEIRA, M. e BEZERRA, E. 1994. *População de Rua: quem é, como vive, como é vista*. São Paulo: Editora Hucitec., p. 50.

¹⁷ “Estudo sobre a População sem Residência Física que Recorre ao Plantão de Atendimento”, Sebes, 1991. *apud* ROSA, C. M., VIEIRA, M. e BEZERRA, E. 1994. *População de Rua: quem é, como vive, como é vista*. São Paulo: Editora Hucitec., p. 63; 76-79.

¹⁸ Somando ‘desemprego’ (31,8 %), ‘insuficiência de renda’ (18,2 %) e ‘término da obra de construção civil onde trabalham’ (15,8 %), todos fatores relacionados a questões financeiras, temos a falta de dinheiro como motivo para 65,8 % terem ido para as ruas. No caso do término da obra, além de ficarem desempregadas, estas pessoas também perdiam o alojamento que costumava ser oferecido pelos empreendimentos.

rua. Segundo os livro “População de Rua: quem é, como vive, como é vista”¹⁹, tratam-se de situações que geram forte abalo emocional, como a de separação de um casal ou de morte de um familiar; de expulsão por causa do comportamento gerado pela dependência química; de abandono do lar pelo chefe de família, que sente vergonha por não conseguir sustentar a casa ou migra em busca de novas alternativas de sustento. No caso dos jovens, a violência doméstica ou conflitos com os pais podem levar à fuga ou à expulsão do lar. Pressionados por problemas econômicos, também podem sair em busca de melhores condições de vida; ou, atraídos por uma modo de vida diferente daquele baseado no trabalho regular e na família organizada, podem entrar na marginalidade.

Tabela 06: Motivo que o levou a rua?

Maiores de 18 (total: 113 entrevistados):	Menores de 18 (total: 401 entrevistados):
Ajudar a família – 0,5 %	Ajudar a família – 12,3 %
Conseguir comida/dinheiro – 9%	Conseguir comida/dinheiro – 14,2 %
Desemprego – 16 %	Desemprego – 3,5 %
Egresso institucional - 0,7 %	Egresso institucional - 0,9 %
Opção de trabalho – 1,7 %	Opção de trabalho – 4,4 %
Opção espontânea – 6,7 %	Opção espontânea – 10,6
Problema familiar – 36 %	Problema familiar – 31 %
Alcoolismo – 3 %	Problema com droga – 1,8 %
Problema com droga – 0,7 %	Problema de saúde – 0,9 %
Problema de saúde – 1,2 %	Problema habitacional – 2,7 %
Problema habitacional – 4,5 %	Não respondeu – 15,4 %
Expulsão pelo tráfico – 1,5 %	
Falta de documentos – 1,2 %	
Falta de opção – 0,7 %	
Foragido – 0,2 %	
Desavença quanto à religião – 1 %	
Não respondeu – 15,4 %	

¹⁹ ROSA, C. M., VIEIRA, M. e BEZERRA, E. 1994. *População de Rua: quem é, como vive, como é vista*. São Paulo: Editora Hucitec., p. 89-90.

Delma Neves²⁰ observa que, na sociedade capitalista, para que o indivíduo consiga vender sua força de trabalho são necessárias, ao menos, o cumprimento de duas condições: que exista oferta de vagas de emprego e que o trabalhador possua “um fundo de consumo”. Este fundo serve para obter alimentação, moradia, vestuário, condução, garantindo a sobrevivência até o momento em que seja possível obter o rendimento salarial. Ele costuma ser propiciado pela família; numa situação de privação, porém, ele vai sendo dilapidado, tornado cada vez mais difícil o trabalhador se manter no mercado. Apesar de ser característico da população de rua o desemprego, vários deles já integraram o mercado de trabalho formal e, estando nas ruas, desenvolvem atividades para conseguir rendimento. Está distante da realidade a crença de que estas pessoas são “ociosas” e “sem disposição para o trabalho” É o que veremos no tópico a seguir.

2.2.6 Trabalho e formas de sobrevivência

O pedestre que passa por uma pessoa em situação de rua sentada na calçada muito provavelmente fica com a impressão de que ela não faz nada, durante a maior parte do tempo. Entretanto, viver na rua e sobreviver dela exigem esforços para conseguir abrigo, alimento e dinheiro. Entre os entrevistados pela pesquisa de 1991, cerca de 80% afirmaram que, apesar de não ter emprego regular, desenvolviam alguma atividade para ganhar dinheiro na forma de bicos variados, às vezes simultâneos. Sendo que a maioria deles (68%) disse que *sempre* realizava estas atividades; e 26%, ocasionalmente. As funções mais comuns entre os homens eram as de carregador de caminhão, catador de papel, encartador de jornais e guardador de carros²¹. O trabalho das mulheres se dividia, basicamente, entre serviços domésticos e os de vendedora ambulante. Pedir esmolas é uma prática mais comum a elas. “As atividades de trabalho desenvolvidas são bastante variadas e podem ser caracterizadas como de baixa qualificação e ligadas principalmente ao setor de serviços. Trata-se dos postos de trabalho menos valorizados e, portanto, mais mal-remunerados”²².

²⁰ NEVES, D. P. *Palestra proferida no I Seminário Nacional sobre População de Rua*. São Paulo, jun., 1992, mimeo. *apud* ROSA, C. M., VIEIRA, M. e BEZERRA, E. 1994. *População de Rua: quem é, como vive, como é vista*. São Paulo: Editora Hucitec., p. 19.

²¹ ROSA, C. M., VIEIRA, M. e BEZERRA, E. 1994. *População de Rua: quem é, como vive, como é vista*. São Paulo: Editora Hucitec., p. 72.

²² ROSA, C. M., VIEIRA, M. e BEZERRA, E. 1994. *População de Rua: quem é, como vive, como é vista*. São Paulo: Editora Hucitec., p. 82.

Outro dado importante revelado pela pesquisa é que uma parte expressiva das pessoas que vivem nas ruas já fizeram parte do mercado de trabalho formal. “No levantamento realizado nas Casas de Convivência e no Albergue, quase 90% do entrevistados responderam que já haviam trabalhado com carteira assinada, sendo que 30% tinham tido trabalho registrado há menos de um ano e 40%, há menos de dois anos”²³. Já a pesquisa da UERJ, indicou que, entre os maiores de 18 anos, 58,6% disseram que já tinham tido sua carteira assinada. Diferentemente do que sugere a imagem de ociosidade e vagabundagem que paira sobre a população de rua, Silva Filho observa, a partir das entrevistas, que existe uma identidade forte deste segmento com a realidade do trabalho:

O trabalho é uma referência importante na auto-classificação dessa população que, sempre que possível, ainda que tais manifestações não fossem estimuladas, reafirmam que não eram “mendigos”, mas trabalhadores sem oportunidade. Mais que uma distinção subjetiva, esta afirmativa demonstra o desejo de resgatar a dignidade, ainda que o trabalho não seja uma afirmativa próxima do viável nos seus planos²⁴.

Buscando descobrir que tipos de atividade a população de rua realiza para conseguir dinheiro e entender a visão que ela própria tem do trabalho, a pesquisa de Silva Filho perguntou a 535 pessoas *como conseguiam dinheiro* (Tabela 07) e *em que trabalhavam* (Tabela 08). Assim, um indivíduo que realizasse algum bico, mas não considerasse isso um “trabalho”, provavelmente responderia diferentemente as duas perguntas. A primeira delas também buscava calcular outras formas de rendimento como o ganho com esmolas. Silva Filho ressalta, no entanto, que, por fidelidade às indicações dos entrevistados, respostas como “peço esmola”, “roubo” ou “ganho dinheiro no jogo” à questão “em que trabalha?” também foram mantidas nas estimativas desta pergunta, apesar de estas lhe parecerem indicações de que estes indivíduos não realizassem atividade laborativa naquele momento. A partir dos dados da tabela 07, podemos inferir que a grande maioria sobrevive da rua (77,4% dos entrevistados), seja por ter alguma atividade que lhe rende dinheiro (52%), seja porque vive de esmola (23,9%), ou porque rouba ou joga (1,5%).

²³ ROSA, C. M., VIEIRA, M. e BEZERRA, E. 1994. *População de Rua: quem é, como vive, como é vista*. São Paulo: Editora Hucitec., p. 72.

²⁴ SILVA FILHO, D. S. 2002. *Feios Sujos e Malvados - Os sem teto e o mundo do trabalho na rua*. Cadernos de Sociologia e Política Fórum dos Alunos do Iuperj, Rio de Janeiro, v. 5, p. 140.

Tabela 07: Como consegue dinheiro?

Total: 535 entrevistados
- Desenvolve atividade na rua – 52,0%
* Prestam serviço/ vendem – 30,1%
* Catadores de material reciclável – 18,2%
* Trabalhadores sexuais – 3,7%
- Não desenvolvem trabalho, mas conseguem dinheiro na rua – 25,4%
* Ganha – 3,2%
* Pede esmola – 20,7%
* Rouba ou achaca – 1,3%
* Ganha no jogo – 0,2%
- Auferem rendimentos fora da rua – 16,2%
* Atividade fora da rua – 14,0%
* Recebe pensão – 2,2%
- Não consegue – 3,4%
- Não respondeu – 3,0%

Tabela 08: Em que trabalha hoje?

Total: 535 entrevistados
- Não trabalha – 28,8%
- Desenvolve atividade na rua – 46,7%
* Presta serviço ou vende na rua – 28,0%
* Catador – 15,3%
* Prostituição – 3,4%
- Desenvolve atividade “fora da rua” – 12,1%
- Aposentado ou recebe pensão – 0,7%
- Pede – 0,6%
- Rouba ou achaca – 0,2%
- Ganha no jogo – 0,3%
- Não se aplica – 0,9%
- Não respondeu – 9,8%

Dentre as atividades desenvolvidas na rua, como a de biscateiro, camelô, ambulante, engraxate, guardador de carro ou trabalhador do sexo, Silva Filho destaca que “a categoria de catadores é bastante uniforme e reúne um número razoável de indivíduos; catar material reciclável parece uma fonte de rendimento importante para os que estão na rua (15% da totalidade da mostra)”²⁵. Tendo em vista a importância da atividade “para a obtenção de renda monetária para esta população”²⁶, o censo de 2003 realizou a contagem dos carrinhos de catação presentes entre as pessoas que estavam nas ruas e nos albergues. Aliás, “uma das demandas localizadas pelas pessoas de rua que são catadoras, é a possibilidade de guardar seus carrinhos nos albergues durante o pernoite”²⁷.

Os resultados da pesquisa mostram que dos 2.223 pontos em que foram encontrados pessoas em situação de rua, em 505 (cerca de 23%) havia carrinhos de “catação”. Em 361 pontos (16,2%), foram observados apenas um carrinho, embora em 50 pontos (2,2%) tenham sido encontrados 3 ou mais. Dez carrinhos em um único ponto foi o número máximo computado. Entre os albergados, estimou-se que pelo menos 1.936 (31,3%) fossem catadores de sucata. Pelo menos 21,7% dos que catavam utilizavam carrinho, desses, 60,7% não são seus proprietários. Os produtos mais procurados pelos catadores albergados eram a latinha (85,8%) e o papelão (52,0%).

Incluindo outras formas de trabalho praticadas na rua para obter rendimento, 3.696 dos albergados (56,9%) declaram ter exercido alguma atividade na última semana anterior a entrevista. Outros 2.259 (34,8%) disseram que não exerciam nenhuma atividade remunerada. Havia também 318 (4,9%) que declararam viver de “esmola”, “ajuda”, ou benefícios como “auxílio doença” ou “seguro desemprego”, enquanto aposentados e pensionistas eram 175 (2,7%). Dentre o conjunto de ocupações que permitiam a geração da renda monetária, havia clara predominância das ocupações com reduzida qualificação (Tabela 09).

²⁵ SILVA FILHO, D. S. 2002. *Feios Sujos e Malvados - Os sem teto e o mundo do trabalho na rua*. Cadernos de Sociologia e Política Fórum dos Alunos do Iuperj, Rio de Janeiro, v. 5, p. 145.

²⁶ *Estimativa do Número de Pessoas em Situação de Rua da Cidade de São Paulo em 2003*. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo. 2003., p. 26. Disponível em http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/assistencia_social/pesquisasemapas/0001. Acesso em 05/09/2007.

²⁷ *Estimativa do Número de Pessoas em Situação de Rua da Cidade de São Paulo em 2003*. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo. 2003., p. 26. Disponível em http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/assistencia_social/pesquisasemapas/0001. Acesso em 05/09/2007.

Foi também obtida informação sobre a renda monetária dos albergados (Tabela 10), fixando-se um período de sete dias (a semana anterior) como referência temporal. Estimou-se que mais de um terço dos albergados (36,4%) não auferiram renda na semana anterior à pesquisa e que, apenas 27,5% receberam mais de R\$ 60,00. A renda semanal média foi de R\$ 40,45 quando são considerados todos os albergados. Ao limitar a análise aos que efetivamente receberam alguma quantia, a renda média passa a ser R\$65,11.

Tabela 09: Tipo de atividade remunerada exercida na última semana pelo albergado

Atividade	Frequência	%
Exerceu atividades remuneradas	3696	100
biscateiro/coleta sucata	1938	52,4
trabalhadores de serviços/comércio	714	19,3
construção civil	372	10,1
frente de trabalho	263	7,1
artesão	97	2,6
empregado doméstico	80	2,2
outros	232	6,3

Tabela 10: Renda recebida na última semana pelas pessoas albergadas

Rendimento	frequência	%
sem rendimento	2253	36,4
até R\$30,00 (exclusive)	1161	18,8
R\$30,00 a r\$60,00 (exclusive)	830	13,4
R\$60,00 a r\$100,00 (exclusive)	961	15,5
R\$100,00 a r\$150,00 (exclusive)	372	6,0
R\$150,00 ou mais	372	6,0
sem informação	236	3,8
Total	6186	100,0

2.2.6 Saída das ruas: um desafio

A realidade vivenciada por estas pessoas (que inclui o distanciamento da família, a realização de trabalhos precários e pendulares, a constante migração), com o passar dos anos torna mais difícil a saída das ruas. A cada dia que passa nesta situação, a pessoa perde vínculos sociais, tendendo ao isolamento cada vez maior e à entrega ao sentimento de descrença. O que

costuma ocorrer, então, é a perda da motivação para lutar contra as dificuldades, pois muitas vezes este indivíduo não é mais capaz de encontrar sentido para a vida.

Pode acontecer até mesmo que o indivíduo saia definitivamente da rua, retorne ao lugar de origem, consiga emprego, constitua família. Este processo torne-se mais difícil à proporção que aumenta o tempo de rua. De forma geral, o indivíduo vai sofrendo um processo de depauperamento físico e mental em função da má alimentação, precárias condições de higiene e pelo uso constante do álcool. Essa população está exposta a toda forma de violência, vindas da polícia, dos próprios companheiros e do trânsito. Nessa situação, torna-se extremamente difícil ser aceito em empresas da construção civil ou de trabalho temporário, ainda que, muitas vezes, o indivíduo recorra ao discurso do *trabalhador desempregado que perdeu os documentos*. Nesse contexto, a rua ganha cada vez mais importância. É o espaço de relações pessoais, de trabalho, de obtenção de recursos de toda sorte. O cotidiano passa a ser pautado por referências como as *bocas de rango*, instituições assistenciais, determinados lugares da cidade onde se reúnem as pessoas na mesma situação. A rua torna-se espaço de moradia de forma praticamente definitiva, ainda que ocasionalmente possa haver alternância com outros lugares de alojamento, como pensões baratas, albergues, depósitos de papelão e casas de parentes²⁸.

No entanto, apesar de representar um grande desafio, deixar as ruas não é impossível: o difícil é sair dessa situação sozinho. É preciso, portanto, desconstruir visões de senso-comum como as de que a pessoa está na rua porque quer, porque ganha dinheiro fácil, porque não gosta de trabalhar. A partir disso é preciso criar políticas públicas que ofereçam atendimento para além do assistencialismo, estimulando o resgate da auto-estima e da autonomia da população de rua. A integração ao mercado de trabalho não é um processo simples, seja porque faltam vagas, seja porque nem todos que estão na rua conseguem se adaptar rapidamente ao padrão regrado que ele impõe. Além da busca de alternativas de geração de renda, o que garante autonomia, é importante desenvolver outras atividades com esta população, que lhe permita alguma forma de organização do tempo, do espaço, e de sua sociabilidade.

²⁸ ROSA, C.M., VIEIRA, M. e BEZERRA, E. 1994. *População de Rua: quem é, como vive, como é vista*. São Paulo: Editora Hucitec., p. 94-95.

3. OS ESTERIÓTIPOS DA IMORALIDADE DA POPULAÇÃO DE RUA

3.1 INDIGENTES VÁLIDOS

A análise das matérias sobre população de rua publicadas nos cadernos de bairro da Zona Sul do jornal “O Globo” em 2007 e em 1985 revela que essas pessoas são sempre retratadas como o “outro”, como alguém não pertence à comunidade da região. E esta alteridade é definida, essencialmente, por dois atributos: a sujeira e a violência, que é exposta, principalmente, sob a forma de furtos, assaltos e achaques a transeuntes. A consequência dessa representação é que, apesar de estarem visivelmente precisando da solidariedade de terceiros para vencer a situação degradante em que vivem, as medidas tomadas ou sugeridas para modificar isso vão se focar mais no *problema* dos moradores residenciais do que no das próprias pessoas que estão nas ruas. Elas passam a ser vistas, então, como foco de repressão e não se assistência.

Robert Castel, em seu livro “As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário”²⁹, aponta dois critérios historicamente utilizados para definir se uma pessoa miserável, que ele chama de “desfilhado”, tem direito à assistência social. Um deles depende do grau de pertencimento comunitário do indivíduo, pois quanto menor sua integração ao grupo, menos responsabilidade este sente sobre seu sofrimento. É o que ocorre, por exemplo, com as pessoas em situação de rua retratadas nos cadernos analisados: não sendo vistas como pertencentes à comunidade, não poderão contar com sua solidariedade; pelo contrário, serão chamadas a se retirar do local. O outro critério que, segundo Castel, torna o indigente merecedor de assistência é ser visivelmente incapaz de se sustentar por meio de seu próprio trabalho.

A pobreza e até mesmo a completa indigência não fornecem, absolutamente, títulos suficientes para se obterem os benefícios da assistência. São atendidos, principalmente, aqueles que não podem, por si mesmos, suprir suas necessidades, porque são incapazes de trabalhar. (...) encontrar-se no centro de um atendimento possível é estar situado no ponto em que esses dois vetores se cruzam com sua carga máxima. É associar a total incapacidade para trabalhar com a máxima inserção comunitária³⁰.

Segundo Castel, a teoria da desvantagem define aqueles que por deficiência física, psíquica ou mesmo social (como uma viúva cheia de filhos) não podem trabalhar e necessitam de

²⁹ CASTEL, R., 1998. *As Metaformoses da Questão Social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes.

³⁰ *Ibid.*, p. 86.

assistência. Esta população assistida não cria problemas de princípio, pois não questiona de modo fundamental a organização social. (isso não quer dizer, ressalta Castel, que a vida do assistido pela ‘aldeia’ seja um paraíso). Já o indigente válido – aquele capaz de trabalhar mas que não trabalha – é carente, e por isso também depende do auxílio, mas não tem acesso aos mesmos benefícios disponíveis aos que são incapazes. Ao contrário, ele muitas vezes será condenado moralmente por seu suposto ócio e rebeldia, já que parece avesso aos modos de vida padrões:

(...) os mendigos representam o risco de constituírem-se ‘como uma espécie de povo independente’, que não conhece ‘nem lei, nem religião, nem autoridade, nem polícia’, tal como ‘uma nação libertina que nunca tivesse tido regras’. Ameaça portanto, já materializada pela metade, de uma ruptura completa do vínculo comunitário. Tolerar a condição mendicante seria aceitar que se constituísse, no seio da comunidade um grupo totalmente desfilado que se tornou estrangeiro à cidade³¹.

A associação da população de rua com a ladroagem – que aparece em várias matérias analisadas – a coloca como um segmento que não trabalha, ou seja, que rompe o laço entre sacrifício e recompensa e tenta obter “dinheiro fácil”. Segundo Castel, em diversos momentos históricos, o indigente capacitado para o trabalho será tratado como caso de polícia; ou, na “melhor” das hipóteses, ficará recluso em instituições “re-educadoras”. São exatamente as possíveis soluções mais comumente abordadas nos jornais de bairro para a existência de população de rua na região.

Castel situa o surgimento da categoria do “mendigo válido”, com significado imediatamente pejorativo, no início do século XIV. É quando, com a expansão demográfica, com o crescimento das cidades e com a estratificação social, eles se tornam numerosos e maciçamente visíveis. A partir desse momento, os governos passam a coibir a mendicância. Na França, em 1351, o rei João II determinou: “Aqueles que quiserem dar esmola, não devem dá-la a ninguém são de corpo e de membros que possa fazer tarefas por meio das quais possa ganhar sua vida, mas devem dar esmolas aos aleijados, aos cegos, impotentes e outras pessoas miseráveis”³².

Já os instrumentos de reeducação dos indigentes por meio da reclusão se proliferam por toda Europa no século XVII, aponta Castel, e são exclusivamente destinados aos “mendigos

³¹ CASTEL, R., 1998. *As Metaformoses da Questão Social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes., p.74. Os trechos entre aspas são citados por Castel de um edito de abril de 1657: “Edito do Rei sobre a instituição do hospital geral para reclusão dos pobres mendicantes da cidade e subúrbios de Paris”, reproduzido em anexo à primeira edição de *L’histoire de la folie*, de Michel Foucault, Paris, Plon, 1961, p. 646 sq.

³² Citado in CASTEL, R., 1998. *As Metaformoses da Questão Social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes., p. 90.

domiciliados”, ou seja, àqueles nativos da aldeia ou burgo onde mendigam. Em 1687, outro decreto real determina que os “vagabundos” sejam condenados para sempre às galeras desde a primeira prisão, enquanto que os “mendigos domiciliados” só são condenados depois de terem sido presos três vezes, mostrando-se “rebeldes à solução ‘caridosa’ da reclusão que não é proporcionada aos vagabundos”³³. “Os indivíduos tidos como mais dessocializados, mais indesejáveis, mais perigosos, são assim excluídos da reclusão (e não *por meio* da reclusão)”³⁴. Como explica o sociólogo, “a reclusão é antes de tudo um instrumento de gestão da mendicância, no interior de um contexto urbano, para os indigentes autóctones”³⁵. Ela ocorrerá, sobretudo, dentro de “hospitais gerais”. Edito de 1662, por exemplo, determinava a construção de uma unidade em “todas as cidades e grandes burgos do reino” francês.

Quanto às *técnicas* que se desenvolvem dentro do hospital geral, representam uma estratégia de inclusão e não de exclusão. A disciplina do hospital geral, o trabalho forçado entremeado de incessantes orações, a aprendizagem da ordem e da regularidade são as receitas bem conhecidas de uma pedagogia autoritária (...) que deve permitir ao recluso, após o período da reeducação, retomar seu lugar na comunidade de origem e, daí em diante, ser ‘um membro útil ao Estado’³⁶.

A condenação moral daqueles que não trabalham (os “inúteis”) atravessou centenas de anos. Durante o final do século XIX e início do século XX, época de grave crise econômica que se alastrou pelo meio rural na Europa, uma “extraordinária onda de repressão” da indigência floresceu: “cinquenta mil prisões a cada ano por vagabundagem na década de 1890, acarretando até vinte mil processos anuais julgados pelos tribunais”³⁷.

Durante um ou dois decênios, o vagabundo torna-se novamente “o contramodelo abominado que representou na sociedade pré-industrial: a figura da associabilidade que é necessário erradicar, porque destoa numa sociedade que volta a endurecer as relações de trabalho”³⁸. Castel observa, por exemplo, que, entre as condições necessárias para o estabelecimento de uma relação salarial fordista, no início do século XX, estava a de “nítida separação entre os que trabalham efetiva e regularmente e os inativos ou os semi-ativos que devem ser ou excluídos do mercado de trabalho ou integrados sob novas formas

³³ Ibid., p. 77.

³⁴ Ibid., p. 76-77.

³⁵ Ibid., p. 77.

³⁶ CASTEL, R., 1998. *As Metaformoses da Questão Social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes., p. 77.

³⁷ Ibid., p. 424.

³⁸ Ibid., p. 424.

regulamentadas”³⁹. Mecanismo como agências de emprego foram, então, criados para regular este mercado, separando “os verdadeiros empregados em tempo integral e os que serão completamente excluídos do mundo do trabalho e passarão para a esfera das formas coercitivas de assistência, previstas para os indigentes válidos”⁴⁰:

Para quem quiser trabalhar uma vez por semana e ficar na cama o resto do tempo, a agência de empregos tornará esse desejo irrealizável. Para quem quiser encontrar um emprego precário de tempos em tempos, a agência de colocação tornará pouco a pouco impossível esse gênero de vida. Pegará essa jornada de trabalho que ele queria ter e a dará a qualquer outro que já trabalhe quatro dias por semana e, assim, permitirá a este último ganhar decentemente sua vida⁴¹.

Recentemente, percebe-se que, dentro dos abrigos públicos, os albergados são constantemente pressionados para que arranjem trabalho. Ao lado da cobrança, no entanto, não são oferecidos meios de capacitação dessa mão-de-obra, limitando a possibilidade de acesso apenas a postos de trabalho degradantes. É o que relata Julio Fernando Moreira, um ex-albergado da Fundação Leão XIII (instituição estadual que atende pessoas sem moradia), em seu livro “No olho da rua”. Em seu primeiro dia no abrigo, onde esteve em 1991, Moreira descobriu “que ali se acordava às cinco e meia da manhã todos os dias. Horário em que todos (*os homens*) eram obrigados a deixar o albergue e ganhar a rua”⁴². O retorno só se dava de noite, pois durante o dia deviam procurar emprego – uma tarefa certamente difícil para quem está desestruturado física e psicologicamente, com a auto-estima abalada e vivendo sob o estigma de ser um “sem-teto”.

Não ter residência fixa, por exemplo, custou um emprego a Moreira, que não tinha como apresentar o comprovante de residência exigido para ocupar a vaga de auxiliar de escritório numa revendedora de carros. Após os três primeiros dias de estadia provisória no albergue, ele se reuniu com a assistente social para tentar prorrogar seu prazo na instituição. O que ouviu foi um sermão sobre a necessidade de arranjar uma ocupação:

Fui atendido por volta das dez horas. Quando entrei na sala da assistente social, ela foi logo perguntando se eu havia encontrado trabalho. Mas não esperou a resposta. Avisou que se eu não conseguisse alguma coisa não teria meu prazo de permanência no albergue renovado. Fez um longo discurso que eu não fiz questão de ouvir. (...) O atendimento

³⁹ Ibid., p. 420.

⁴⁰ Ibid., p. 421.

⁴¹ BEVERIDGE, W. *Royal Commission on Poor Law and Relief Distress*. Appendix V8. House of Commons, 1910, citado in CASTEL, R., 1998. *As Metaformoses da Questão Social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes., p. 421.

⁴² MOREIRA, J. F. 1999. *No olho da rua*. Rio de Janeiro: Litteris Ed: KroArt., p 17.

chegou ao fim com a assistente social me lembrando que havia uma agência do SINE (*Site Nacional de Empregos*) dentro do albergue. Afirmou que tinha muitas vagas em aberto. Comentei que minha função era na área de contabilidade e ela disse que eram para serviço braçal e quando muito para serviços gerais. Se quisesse trabalhar não poderia escolher. Deveria ir até a agência e aceitar o que me oferecessem. Fiz o que ela sugeriu. Na sala do SINE, o funcionário a desmentiu dizendo que não tinha vagas naquele dia. (...) Quatorze dias era muito tempo, pensava comigo. Esse foi o prazo que a assistente social me deu. Cheguei a dizer para ela que não precisava de tanto tempo. Eu arrumaria um emprego em poucos dias. ‘Nunca fui vagabundo’, pensava⁴³.

O relato de Souza Filho sobre um grupo de pessoas que viviam nas ruas revela que entre estes, que estão em situação ainda mais limite do que os albergados, também existe um ressentimento por serem vistos como “mendigos”, termo que eles não aceitam como forma de denominá-los. Embora estejam na rua, afastados do mercado formal, eles fazem questão de ressaltar que trabalham. No trecho a seguir, também fica evidente a permanência da distinção entre “indigentes válidos” e “inválidos”, descrita por Castel:

Macalé, Cris, Ana Tio e Teresa apresentam-se como maloqueiros e enfatizam a importância dessa informação para que não sejam confundidos com mendigos, que, segundo eles, são loucos, bêbados e arruaceiros, ‘gente que não sabe se comportar’. No entanto, eles próprios não negam que o consumo de bebida participa intensamente de seus hábitos. A bebida foi o determinante da ruptura de Teresa com a mãe protestante que hoje cuida de seu filho em uma casa do subúrbio da Leopoldina. Ainda assim, ‘mendigo’ é uma referência indexadora das distâncias entre quem é digno ou não para fazer parte das redes de solidariedade entre quem vive nas ruas. As idades no grupo variam entre 16 e 60 anos. Tio, o mais velho, é o único que tem como atividade principal a mendicância. A idade e a falta de uma perna tornam-no mais elegível para piedade pública que os demais homens e mulheres corpulentos e sempre ruidosos do grupo. Ele não é considerado ‘mendigo’ por seus companheiros⁴⁴.

3.2 POBREZA E SUJEIRA

Além do estigma do “indigente desocupado” que recai sobre a população de rua, as pessoas que vivem nesta situação também são, com frequência, moralmente condenadas por serem sujas. George Vigarello⁴⁵, aponta que, a partir do século XVIII e, sobretudo, do século XIX, com a continuidade do processo de urbanização e o desenvolvimento de novos hábitos de higiene, impõe-se uma associação insistente entre a moralidade do pobre e sua limpeza. Buscou-se, então, transformar os costumes dos mais desfavorecidos: eliminar seus “vícios” modificando

⁴³ MOREIRA, J. F. 1999. *No olho da rua*. Rio de Janeiro: Litteris Ed: KroArt., p 37-38.

⁴⁴ SILVA FILHO, D. S. 2002. *Feios Sujos e Malvados - Os sem teto e o mundo do trabalho na rua*. Cadernos de Sociologia e Política Fórum dos Alunos do Iuperj, Rio de Janeiro, v. 5, p. 130-131.

⁴⁵ VIGARELLO, G. 1996. *O limpo e o sujo: uma história da higiene corporal*. São Paulo: Martins Fontes.

suas práticas corporais. A expansão demográfica e o crescimento das cidades sem planejamento adequado criaram um ambiente insalubre. Dejetos antes tidos como naturais tornam-se insuportáveis quando acumulados: são os excrementos, o esgoto, o lixo, os “eflúvios” exalados por corpos doentes e mortos que se espalham pelo ar e pela água dos rios.

Inicia-se então um recenseamento desses locais e de suas ‘névoas purulentas’, ao qual se acrescenta a ligação insistente entre o mau cheiro e a falta de limpeza, dos espaços e dos corpos. Contudo não dos espaços e dos corpos nobres, ou burgueses: os lugares suspeitos são antes de tudo aqueles em que se acumulam os pobres, e os corpos são aqueles nem sempre protegidos por roupas de baixo. De início, trata-se do povo. Desses recenseamentos e das normas subjacentes a eles nascem paulatinamente, depois de 1780, as premissas de uma ‘higiene pública’, encetando de tempos em tempos, o que o século XIX irá desenvolver. Evocar a limpeza é opor-se às ‘negligências’ populares, aos maus cheiros urbanos, às promiscuidades incontroladas. Na década de 1780, a crítica já não se restringe ao artificialismo dos aristocratas: logo as práticas do povo passam a ser reprovadas como jamais o foram⁴⁶.

Segundo Vigarello, o banho não era um hábito comum à época, mesmo entre as classes mais abastadas, e não se tinha a estrutura para realizá-lo dentro de casa. No início do século XIX, surgem diversos manuais de higiene, mas o cumprimento de recomendações como a de tomar “um banho morno por mês no inverno”⁴⁷ eram impossíveis de serem seguidas pelos mais pobres. De 1817 a 1835, há grande aumento do número de “estabelecimentos de banho”, instalações percebidas como um progresso. Mas os preços cobrados variavam entre 5 e 20 francos e o salário diário de um operário era de 2,5 apenas. Em 1843, Clegert⁴⁸ projetou uma carroça mecânica que serviria para limpar as ruas da cidade. A descrição que o inventor fez da utilidade da máquina, destaca Vigarello, é representativa do pensamento da época, que associava insistentemente a limpeza à correção dos supostos desvios morais dos pobres:

É que esse mecanismo dos tempos futuros não é proposto apenas como um instrumento de saúde, mas também como um instrumento de moral: uma limpeza impondo-se cada vez mais, até atingis os hábitos íntimos dos mais humildes. Uma limpeza conquistadora em que lenta e confusamente viriam se avizinhar ordem e virtude. A gradação é até mesmo exemplar, da rua à habitação e desta às pessoas: ‘A limpeza atraindo a limpeza, a da habitação exigiria a do vestuário, a do corpo e em seguida a dos costumes’. (...) E o público alvo, longe de ser a burguesia, é evidentemente o povo pobre das cidades. (...)

⁴⁶ VIGARELLO, G. 1996. *O Limpo e o sujo: uma história da higiene corporal*. 1996, São Paulo: Martins Fontes., p. 163.

⁴⁷ M.-J. Orfila, 1836. *Préceptes d'hygiène à l'usage des enfants qui fréquentent les écoles primaires*. Paris., apud VIGARELLO, G. *op. cit.*, p. 212.

⁴⁸ C. E. Clegert, 1843. *Du nettoyage mécanique des voies publiques*, La Revue de l'architecture, Paris, p. 267, citado in G. VIGARELLO, *op. cit.*, p. 212.

As ligações imaginárias se fixam, até a de uma falta de asseio causadora de vício. Miséria inquietante, cujos farrapos e insetos parasitas são o sinal de um ilegalismo sempre possível e de uma delinquência pelo menos latente. ‘Se o homem habitua-se aos andrajos, perde inevitavelmente o sentimento de sua dignidade, e, quando esse sentimento se perde, abre-se as portas para todos os vícios’⁴⁹.

A importância da limpeza é sustentada por um argumento moral que pode, inclusive, ser associado à questão do trabalho. Se a higiene torna o indivíduo livre de vícios e garante seu bem-estar físico, significa que ela deixa o homem são de corpo e de mente, ou seja, pronto para o trabalho. É o argumento claramente presente no discurso de um ministro francês, em 1850, durante debate na Assembléia em que se discutia a abertura de crédito de 600 mil francos para construção de estabelecimentos de banho e de tanques públicos para os trabalhadores:

‘Quando aumentamos as condições de salubridade de uma parte da população, não o fazemos apenas em seu proveito; os filhos que nascem dela, quando são depois incorporados pelos serviços do exército, quando se tornam cidadãos do Estado, estão, do ponto de vista da saúde e da força do trabalho, em condições infinitamente preferíveis às que tinham quando eram abandonados a si mesmo’⁵⁰.

A pobreza não se reduz, portanto, a uma questão meramente econômica, mas é também parâmetro de avaliação social. A população de rua está fora do mercado de trabalho formal, da convivência familiar convencional, do ambiente doméstico e da rotina higiênica que ele proporciona. E exatamente sua exclusão desses parâmetros “normais” de existência que a tornará objeto de um discurso “indignado”, que condena seu modo de vida. Conforme assinala Vera da Silva Telles:

a pobreza qualifica-se como uma experiência (real ou virtual) dos limites ou mesmo da ruptura com os parâmetros que constroem a noção de uma ordem legítima de vida. E, nesse caso, a condição de pobreza é sempre passível de se transfigurar em marginalização no interior de um imaginário social que constrói as figuras da pobreza extrema como solo da desagregação moral, da desordem e da desrazão⁵¹.

⁴⁹ VIGARELLO, G. 1996. *op. cit.*, p. 212-214.

⁵⁰ VIGARELLO, G. 1996. *O Limpo e o sujo: uma história da higiene corporal*. 1996, São Paulo: Martins Fontes., p. 220.

⁵¹ TELLES, V. S. 1990. *A pobreza como condição de vida: família, trabalho e direitos entre as classes trabalhadoras urbanas*. São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Revista da Fundação SEADE, v. 4, n. 2, p.37-45, *apud* C.M. ROSA, C. M., VIEIRA, M. e BEZERRA, E. 1994. *População de Rua: quem é, como vive, como é vista*. São Paulo: Editora Hucitec., p. 17-18.

4. A VITIMIZAÇÃO DA ELITE E ESTIGMATIZAÇÃO DO POBRE NO JORNAL

4.1 O DISCURSO JORNALÍSTICO E AS RELAÇÕES DE PODER

Diariamente, o jornalismo pauta as discussões públicas, iluminando certos assuntos como relevantes e ignorando outros. Além de pautar, o enfoque dado às questões abordadas nas matérias também tem o poder de dirigir a discussão para determinados rumos, restringindo o leque de interpretações e opiniões sobre a mesma.

Gabriel Tarde no antigo e sempre atual texto “A opinião e as massas” (Tarde, 1992, p.89) mostra como aparece uma sinonímia gerada pela mídia entre o atual como sendo de interesse geral da população, ao mesmo tempo em que é a própria mídia que, gerando o foco que oferece a alguns acontecimentos, produz este mesmo interesse. Afinal, é por meio da seleção, da disposição e da incidência das suas notícias que a mídia determina quais os temas que o público irá discutir e sobre os quais deve elaborar uma opinião. Neste mesmo texto, Tarde comenta como o jornal surgindo como indústria começou a pautar as conversas, que deslocaram-se do que era vivido para o que era lido. Os enunciados produzidos pelos meios de comunicação são, habitualmente, aceitos como verdadeiros, envoltos que são numa aura de fidedignidade ao mundo dos fatos.⁵²

Apesar da aura de verdade indubitável que cerca o texto jornalístico, sabemos que qualquer discurso nunca será inocente e desinteressado; pelo contrário, ele está inserido em jogos de poder. Seria muita inocência, sim, acreditar, após os escritos de Michel Foucault, que fatos existem por si só, ignorando que são criados, selecionados e interpretados discursivamente. Em sua aula inaugural no Collège de France, proferida em 1970 e publicada em livro sob o nome de “A Ordem do Discurso”, o filósofo descreve o discurso como instrumento de poder e, portanto, como algo pelo qual se luta. Por meio dos “saberes”, materializados em (e sustentados pelos) discursos, moldam-se mentes e controlam-se corpos. E exatamente por serem tão poderosos, os discursos não são produzidos ou circulam livremente. Essa é a tese que Foucault apresenta logo no início do livro:

(...) suponho que em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos

⁵² TUCHERMAN, I. e SCHREIBER, M. 2006. *Ciência e mídia: negociações e tensões*. Rio de Janeiro: Revista ECO-RJ, volume 9, 2006., p. 4.

que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.⁵³

O filósofo questiona a concepção de que a linguagem é a tradução do mundo em palavras, como se fosse reveladora de uma verdade apriorística, decifradora da face legível da realidade. Para Foucault, O discurso deve ser encarado como uma construção humana, através da qual moldamos o mundo, constituímos nosso pensamento e criamos sentidos. Entretanto, como vimos, a produção e circulação do discurso sofrem, constantemente, tentativas de controle. Assim, para Foucault, não se deve limitar a análise do discurso ao seu âmago, seu núcleo interior, à verdade em si que carrega. Mais do que entender o conteúdo do discurso e sua lógica interna, é essencial investigar as condições externas de possibilidade do surgimento do discurso como verdadeiro. Isso não significa que o discurso parte de uma meta-narrativa transcendente a ele, mas que se constrói num regime de verdade situado no mesmo plano que ele, que o penetra e que não se esgota no discurso. Como explica Alfredo Veiga-Neto:

(...) o que mais interessa, então, é tomar o texto menos por aquilo que o compõe por dentro, e mais pelos contatos de superfície que ele mantém com aquilo que o cerca, de modo a conseguirmos mapear o regime de verdade que o acolhe e que, ao mesmo tempo, ele sustenta, reforça, justifica e da vida.⁵⁴

Esse modo de investigação proposto por Foucault visa revelar a vontade de poder que se esconde por trás da vontade de verdade. Ao se falar em discurso verdadeiro, na sua busca e construção, o desejo de poder que alimenta esse processo constantemente é mascarado por um suposto amor a verdade, como se desvelá-la fosse uma necessidade – um dever moral que não envolve interesses terrenos, mas o cumprimento de uma destinação. Entretanto, a definição do que é verdadeiro implica modos de dominação, pois só se chega a verdades a partir de sistemas de exclusão que estabelecem o que é dizível e indizível, o que é pensável e impensável. Nas palavras de Foucault:

⁵³ FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso*. Rio de Janeiro: Editora Loyola, 1996. 8p.

⁵⁴ VEIGA-NETO, A. *Foucault e a educação*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 127.

(...) se o discurso verdadeiro não é mais, com efeito, desde os gregos, aquele que responde ao desejo ou aquele que exerce o poder, na vontade de verdade, na vontade de dizer este discurso verdadeiro, o que está em jogo, senão o desejo e o poder?⁵⁵

A análise discursiva das matérias publicadas nos cadernos de bairro do jornal “O Globo” e na revista “Ocas”, realizadas na parte final deste trabalho, servem para identificar qual a co-relação existente entre o tipo de representação que se tem da população em situação de rua e o modo como o leitor está sendo interpelado sobre o assunto, pois os modos de tratamento dados ao problema social e aos atores nele envolvidos significam diferentes formas de endereçamento da audiência. Ao estudar reportagens de diferentes períodos históricos e diferentes veículos busco detectar a variedade de discursos possíveis, inclusive dentro de uma mesma configuração social, e a raridade dos discursos existentes. Dessa forma, é uma investigação que parte de um questionamento foucaultiano: se diversos discursos são possíveis, por que apenas alguns existem concretamente — por que apenas alguns discursos “virtuais” se “atualizam” — e por que certos discursos têm mais espaço e repercussão do que outros; por que são mais hegemônicos?

4.2 O COMUNITARISMO ESTREITO E A VITIMIZAÇÃO DA ELITE

4.2.1 O discurso do sofrimento

Conforme exposto no primeiro capítulo, as matérias publicadas nos cadernos de bairro do jornal “O Globo” costumam vitimizar os moradores residenciais da Zona Sul da cidade, que estariam vulneráveis à insegurança e aos inconvenientes relacionados à população de rua. Agora, serão investigados os dispositivos que produzem esta inversão de papéis, em que os mais pobres, submetidos a piores condições de vida, certamente com mais direitos cerceados e menos cidadania do que qualquer proprietário de imóvel em bairro nobre do Rio de Janeiro, tornam-se algozes dos mais privilegiados.

Em seu livro “Distant Suffering: Morality, Media and Politics”, Luc Boltanski discute as formas sociais de lidar com o sofrimento de terceiros e como a mídia participa, ou pode

⁵⁵ FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. Rio de Janeiro: Editora Loyola, 1996, p. 20.

participar, do processo de aplacar o tormento dos sofredores, mediando a colaboração entre “afortunados” e “desafortunados”. Diante do sofrimento de outro indivíduo, caso se queira fazer algo para ajudá-lo, Boltanski destaca duas alternativas possíveis de socorro: tomar uma atitude prática diretamente direcionada ao sofrimento particular de um indivíduo; ou agir discursivamente, tentando mobilizar a opinião pública na elaboração de uma política para tratar do problema.

Para ilustrar o primeiro caso, ele cita a análise que Hannah Arendt faz da “Parábola do Bom Samaritano” no livro “Da Revolução”⁵⁶. Trata-se da história de um samaritano que, ao passar por uma estrada, cruza com um homem moribundo que fora espancado por salteadores. Ele, então, movido pela **compaixão**, socorre o homem, levando-o a uma hospedaria e arcando com os gastos para sua recuperação.

Segundo Boltanski, para Arendt, a principal característica da compaixão é que ela é direcionada para indivíduos particulares (*particular suffering beings*), sem buscar desenvolver nenhuma capacidade de generalização. Possui um caráter prático – o exercício da caridade – que só pode ser atualizado na situação particular do encontro entre alguém que sofre e alguém que não sofre. O encontro “face a face” define, portanto, duas características da compaixão: sua falta de eloquência e seu pragmatismo – ou seja, existe uma mudez discursiva que não generaliza o sofrimento e é substituída pela linguagem de gestos e expressões. Sendo uma resposta direta à expressão de sofrimento, a compaixão não é tagarela nem argumentativa.

Em contraponto a compaixão, que Arendt considera uma “paixão”, ela descreve o “sentimento” de **piedade**, que lida com o sofrimento de um ponto distante, sem a presença concreta, em pessoa, do sofredor. Este sentimento, ao invés da caridade, deve provocar uma resposta discursiva ao infortúnio, capaz de agregar esforços que produzam uma política. No caso do discurso, portanto, Boltanski destaca que a reação ao sofrimento não significa enviar “uma boa palavra” para reconfortar o desafortunado; para a fala se tornar uma forma de ação é necessário existir *opinião pública* diretamente engajada a *instituições políticas*. A **política da piedade** observa os desafortunados juntos, em *massa*, mesmo se for necessário destacar alguns sofrimentos particulares para inspirar a piedade. Ela demanda um duplo requerimento: precisa do

⁵⁶ ARENDT, H. 1999. *Da Revolução*. São Paulo: Ática.

distanciamento do local, mas precisa estar ligado a ele para sensibilizar os afortunados, pois “generalidades não implicam piedade”⁵⁷.

Nas duas situações descritas acima, considerou-se que o sofredor e aquele que poderia ajudá-lo seriam pessoas desconhecidas entre si. A questão ganha novos contornos, no entanto, se existem “laços comunitários” que unem essas duas pessoas. No **comunitarismo**, o ajudado nunca é “simplesmente alguém qualquer”⁵⁸. Neste caso, a relação com o sofredor vai ser estabelecida em função de laços pré-existentes que conectam o desafortunado e a pessoa que está ciente de seu infortúnio. Caso exista uma conexão “positiva” entre os dois, o socorro poderá ser imediato; mas, caso eles sejam originalmente “inimigos”, o afortunado tenderá a não ser solidário e pode, até mesmo, sentir prazer com o infortúnio de seu desafeto.

Para que ocorra a política da piedade, por exemplo, os sofredores devem ser hiper-singularizados (por meio de um acúmulo de detalhes de sofrimento) e sub-qualificados, de modo que aquele que sofre pudesse ser qualquer outro. Apesar de singulares, eles são exemplares e devem se misturar numa representação comum, evitando que a política da piedade seja colapsada pelo traço de comunitarismo. É inerente à política da piedade lhe dar com o sofrimento de um ponto distante e genérico. Quando os sofredores vêm pessoalmente se misturar aos afortunados (vivendo no mesmo lugar e dividindo os mesmos objetos), eles deixam de ser os “sofredores” e passam a ser “os loucos” (*les enragés*, segundo Arendt). Neste caso, deixamos o âmbito da política da piedade: sem a separação entre afortunados e desafortunados, ela não é possível.

4.2.2 O discurso da indignação unânime

O distanciamento necessário entre sofredor e espectador para o desenvolvimento da política da piedade coloca duas questões: como fazer com que o afortunado se sinta moralmente responsável em ajudar aquele que está longe, e como viabilizar a ajuda à distância. Boltanski argumenta que, apesar de distante, o espectador não está isento da obrigação moral de ajudar o infeliz:

⁵⁷ BOLTANSKI, L. 1999. *Distant suffering: morality, media, and politics*. Cambridge cultural social studies. Cambridge, UK ; New York, NY: Cambridge University Press., p. 12.

⁵⁸ BOLTANSKI, L. 1999. *Distant suffering: morality, media, and politics*. Cambridge cultural social studies. Cambridge, UK ; New York, NY: Cambridge University Press., p. 11.

A obrigação de prestar assistência a alguém que está sofrendo deve basear-se em uma responsabilidade moral derivada de uma responsabilidade causal. A responsabilidade causal pode ela mesma ser ativa ou passiva, através da perpetuação ou da omissão⁵⁹.

Dessa forma, há duas formas de consolidar a responsabilidade dos que estão “distantes”: pela “omissão”, destacando que todos permitiram que algo acontecesse, do mais próximo ao mais distante; e pela “perpetuação”, situando o espectador passivo como um cúmplice dos causadores do sofrimento. Para ilustrar a segunda situação, Boltanski cita o argumento de que “a fome é consequência da exploração das nações pobres”. Nesse exemplo, fica claro que, na verdade, “omissão” e “perpetuação” estão relacionadas, pois a ausência de ação reativa muito provavelmente implica no engajamento ao modelo social que produz o sofrimento. Em outras palavras, o indivíduo privilegiado economicamente, que trabalha e consome dentro do modelo capitalista, é uma peça na engrenagem do “sistema” que contribui para sua “perpetuação”. Assim, tanto a “ação” como a “omissão” têm consequências sociais e, logicamente, cada indivíduo tem sua responsabilidade sobre a estrutura social; até mesmo os marginalizados, que não devem ignorar sua potencialidade de opor resistência às formas de poder dominantes.

Entretanto, mesmo que o espectador seja moralmente receptivo ao apelo por solidariedade, ele está distante da cena de sofrimento que assiste, enfrentando limitações para agir. Boltanski observa, porém, que esse espectador, movido pela piedade, pode ser tomado pela indignação: “é quando o espectador simpatiza com o desafortunado em seu *resentimento* que ele pode dar caminho a indignação”⁶⁰. Indignado, o espectador assumiria uma ação discursiva, mas violenta, expressa na forma de uma **acusação**. A acusação, no entanto, deve ser voltada para alguém ou para um grupo de pessoas, sendo necessário, então, a identificação de quem é o responsável pelo sofrimento causador da indignação.

Como qualquer espectador, no âmbito de uma política da piedade, o espectador indignado deve começar a partir de uma perspectiva descompromissada. Se o seu compromisso é o de ter validade geral, ele não deve ser ditado por interesses pessoais ou de grupos. Ele deve, portanto, demonstrar que está livre de qualquer preconceito para com os perseguidos [*aqueles que são alvo da acusação*] e, em especial, de qualquer investimento negativo na sua relação que poderia deixá-lo vulnerável à cobrança de prosseguir uma velha querela, através do presente ato de acusação. Mas o

⁵⁹ BOLTANSKI, L. 1999. *Distant suffering: morality, media, and politics*. Cambridge cultural social studies, Cambridge, UK ; New York, NY: Cambridge University Press., p. 13., tradução da autora. Citação original: *The obligation to give assistance to someone who is suffering may be based on a moral responsibility derived from a causal responsibility. The causal responsibility may itself be active or passive, through perpetuation or omission.*

⁶⁰ BOLTANSKI, L. 1999. *Distant suffering: morality, media, and politics*. Cambridge cultural social studies, Cambridge, UK ; New York, NY: Cambridge University Press., p. 57. tradução da autora. Citação original: (...) *it is when the spectator sympathises with the unfortunate in his **resentment** that he can give way to indignation* (...).

mesmo também se aplica à relação entre o espectador e os desafortunados. Pois se o espectador tiver um juízo favorável para com o sofredor, ele vai naturalmente simpatizar com o seu ressentimento e aceitar, sem a devida análise, o candidato para o lugar de perseguido proposto pelo desafortunado. Nós já sugerimos que esta cláusula de desinteresse na posição original é necessária para que o compromisso tenha o peso devido e a fim de distinguir claramente o **tomar partido em uma causa da solidariedade comunitária**⁶¹.

Para ilustrar esta situação, Boltanski cita o exemplo de alguém que toma partido de um camarada de sua aldeia (“*a fellow country-man*”) ofendido por um estrangeiro. Neste caso, a revolta do indignado pode ser facilmente atribuída a uma identificação comunitária, que envolve um “reflexo xenóforo”. A conexão dentro do grupo ao qual pertence o desafortunado produz, então, uma indignação contagiante que Boltanski chama de **indignação unânime** (“*unanimous indignation*”). Assim, o grupo reforça sua coesão exaltando a moralidade de seus membros e acusando os outros (que não pertencem ao grupo) de imoralidade e imputando a eles os próprios atos que eles cometem. Trata-se de uma indignação moral que prontamente busca um “bode expiatório” e se manifesta, facilmente, no sentido de impor punição.

A culpa coletiva é, assim, direcionada para um bode expiatório, que é sempre caracterizado como estrangeiro ao grupo (judeus, católicos irlandeses, etc), ou como um corpo estranho no grupo, como os ociosos e depravados vagabundos e pobres estigmatizados pelo ascetismo calvinista. De fato, na indignação unânime, a indignação é imediatamente 'direcionada para o culpado' e é 'orientada para a busca de punição'. A indignação unânime pode, assim, ser caracterizada pelo estrito acordo entre os líderes e os liderados, os dois falando com uma só voz e, juntos, designando o culpado. As pessoas indignadas são uma multidão por trás das autoridades locais que, não encontrando oposição, podem restringir o campo de inquérito, limitar a investigação preliminar e avançar diretamente para punição. O momento da indignação - que inclui a identificação tanto da vítima e como do perseguido - e o momento da ação punitiva coincidem⁶².

⁶¹ BOLTANSKI, L. 1999. *Distant suffering: morality, media, and politics*. Cambridge cultural social studies. Cambridge, UK; New York, NY: Cambridge University Press., p. 58-59., grifo e tradução da autora. Citação original: Like any spectator within the framework of a politics of pity, the indignant spectator must start from an uncommitted standpoint. If his commitment is to have general validity it must not be dictated by personal or groups interests. He must therefore demonstrate that he is free from any prejudice towards the designated persecutor and, in particular, from any negative investment in their relationship which could lay him open to the charge of pursuing an old quarrel by means of the present act of accusation. (...) But the same also holds for the relationship between the spectator and the unfortunate. For if the spectator harbours a favorable prejudice towards the unfortunate, he will naturally sympathize with his resentment and will accept without proper examination the candidate for the place of persecutor proposed by the unfortunate. We have already suggested that this clause of disinterestedness in the original position is necessary for the commitment to have proper weight and in order to clearly distinguish taking sides in a cause from communal solidarity

⁶² BOLTANSKI, L. 1999. *Distant suffering: morality, media, and politics*. Cambridge cultural social studies. Cambridge, UK; New York, NY: Cambridge University Press., p. 59-61. tradução da autora. Citação original: Collective fault is thus thrown on to a scapegoat who is always characterized as a foreign to the group (Jews, Irish Catholics, etc.), or as foreign body in the group, like the idle and depraved vagabonds and poor stigmatized by

Segundo nossa pesquisa, este é modelo discursivo que predomina nos jornais de bairro do jornal “O Globo”, tanto em 1985, quanto em 2007. Nas matérias analisadas, atributos como sujeira e violência são insistentemente imputadas à população de rua, construindo a representação de um indivíduo cujo comportamento não corresponde aos padrões de moralidade dos moradores residenciais. Isso impede que seja forjado um sentimento de solidariedade entre o miseráveis e os afortunados que habitam o bairro. A pessoa que vive sob a marquise é portanto o “outro” dentro da comunidade, aquele que não comunga dos valores convencionais do “grupo” e, por isso deve ser expurgado. Esta população, transformada em “bode expiatório”, fica sujeita, então, ao clamor por punição policial ou por correção de seu modo de vida em albergues.

Calvinist ascetism. (...) In fact, in unanimous indignation, indignation immediately turns ‘towards the culprit’ and is ‘directed towards the search of punishment’. Unanimous indignation can thus be characterized by strict agreement between leaders and led both of whom speak with one voice and together designate the culprit. The indignant people are a crowd massed behind local authorities who, not meeting with opposition, can narrow the field of inquiry, limit the preliminary investigation and advance directly to punishment. (...) The moment of indignation – which includes the identification of both the victim and the persecutor – and the moment of punitive action coincide

5. A ANÁLISE DAS MATÉRIAS DOS JORNAIS DE BAIRRO

5.1 METODOLOGIA

Para compreender as representações existentes sobre a população em situação de rua junto às classes A e B, escolhi como objeto principal de análise o caderno “Zona Sul”, editado semanalmente pelo jornal “O Globo”, há 25 anos. A opção pela realização de uma análise mais detalhada do conteúdo desta publicação não ocorreu pelo interesse em estudar especificamente o caderno “Zona Sul”, mas porque ele concentra muitas matérias sobre o tema, o que otimizaria a coleta de material empírico, e porque é dirigido para os leitores residentes da área mais nobre da cidade, permitindo exatamente compreender a forma como as classes A e B são interpeladas sobre o assunto. Mas a escolha, certamente, trouxe uma implicação: analisar um veículo que trata de um espaço mais restrito da cidade tornou mais evidente a existência do discurso da “indignação unânime”. Acompanhando, entretanto, as reportagens sobre o assunto que são publicadas, sem raridade, na editoria “Rio” do jornal, é possível notar que este discurso também predomina nesse espaço.

Como a publicação já tem mais de duas décadas de circulação, foi possível também estudar se ocorreu alguma mudança de abordagem provocada pelas transformações do contexto político-econômico brasileiro. Foram analisadas as matérias e cartas de leitores que abordam o universo da população em situação de rua publicadas durante sete meses deste ano, de fevereiro a agosto, e durante o mesmo período no ano de 1985, quando o Brasil vivia o processo de redemocratização. Foram consideradas como matérias que abordam o universo da população em situação de rua aquelas que se referem a estas pessoas empregando denominações como “morador de rua”, “sem-teto” e “mendigo” ou identificando o indivíduo por “viver na rua” e “dormir na rua”.

Coletadas as reportagens e as cartas, foi montado um questionário para destrinchar o conteúdo desses textos, permitindo a realização de uma análise estatística da representação da população de rua no “Zona Sul”. Assim, foram produzidos dados sobre quem tinha voz na

matéria, o que era falado sobre essas pessoas, que adjetivos acompanhavam sua denominação, e qual a situação em que o indivíduo qualificado como em situação de rua estava inserido na reportagem. Dessa forma, busquei identificar qual a representação construída sobre esse segmento social: se é a de vítimas da exclusão e da violência, ou se é a de seres inconvenientes e nocivos, entre outras possíveis. Foi também calculado com que frequência as matérias investigaram as causas do problema social, que tipo de soluções elas apresentaram, e quem costuma ser destacado como responsável por implementar essas medidas.

5.2 OS JORNAIS DE BAIRRO DE ‘O GLOBO’

O jornal “O Globo” comemorou, em 2007, os 25 anos da primeira publicação de um suplemento de bairro. Na edição de 23 de março de 1982, circulou o primeiro “GLOBO-Tijuca”. A capa do caderno comemorativo que saiu no dia 31 de março deste ano, trouxe a seguinte manchete: “Parceria histórica – Suplementos completam um quarto de século como porta-voz dos moradores”. Conforme destaca o editorial desta edição, os jornais de bairro do “O Globo” surgiram num período de redemocratização do país, quando “os moradores da cidade começavam a se organizar em associações de bairro”⁶³. Em depoimento ao caderno comemorativo, a gerente-geral de Desenvolvimento de Produto da Infoglobo⁶⁴, Sandra Sanches, afirma que o propósito fundamental desses jornais continuou o mesmo ao longo dos anos: ter uma cobertura local voltada para o serviço e, ao mesmo tempo, ser um espaço acessível aos pequenos e médios anunciantes, interessados em divulgar seus negócios apenas para os moradores de uma área restrita da cidade⁶⁵. Nestes cadernos, diz outra matéria, “o leitor interage com o jornal e com o poder público, na maioria das vezes, para cobrar soluções para os problemas do seu bairro e da sua região”⁶⁶. Atualmente, há 13 suplementos dedicados aos bairros do Rio e a outras regiões e municípios⁶⁷, que costumam circular uma vez por semana.

⁶³ *Cumplicidade de 25 anos*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 mar. 2007. Zona Sul – 25 anos, p. 2.

⁶⁴ Infoglobo é a empresa das organizações “Globo” que congrega os jornais “O Globo”, “Extra”, “Expresso” e o portais na Internet “O Globo Online” e “Extra Online”.

⁶⁵ *Um marco na história do GLOBO*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 mar. 2007. Zona Sul – 25 anos, p. 3.

⁶⁶ *Onde o morador tem mais espaço*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 mar. 2007. Zona Sul – 25 anos, p. 6.

⁶⁷ Os cadernos que circulam atualmente são: “Tijuca”, “Zona Sul”, “Centro”, “Ilha do Governador”, “Baixada Fluminense”, “Zona Norte”, “Zona Oeste”, “Região Serrana”, “São Gonçalo”, “Niterói” e “Barra” – estes dois últimos com duas edições semanais cada.

Os bairros da Zona Sul recebem cobertura desde 1982, quando começaram a circular os cadernos “Copacabana”, no dia 26 de abril, que cobria ainda o Leme e o Bairro Peixoto; o “Ipanema”, no dia 3 de maio, trazendo também matérias sobre Gávea, Leblon e Jardim Botânico; e o “Botafogo”, no dia 18 de maio, que incluía os assuntos de Laranjeiras, Cosme Velho, Santa Teresa, Catete, Glória, Flamengo e Urca. No dia 9 de junho de 1994, os três foram substituídos pelo “Zona Sul”. O número de páginas dos cadernos de 1985 ficava entre 12 e 16; já o de 2007, apresenta uma variação maior, podendo ter de 30 a 60 páginas, no caso de edições especiais. Mas, normalmente, ele possui entre 40 e 50 páginas, mais ou menos o triplo de cada caderno de 1985.

5.3 QUEM TEM VOZ NOS JORNAIS DE BAIRRO

De fevereiro a agosto de 1985, circularam 29 edições de cada caderno, perfazendo um total de 87⁶⁸. Nestes sete meses, foram encontrados 28 textos que faziam referência à população em situação de rua, sendo 18 matérias, 14 cartas de leitores, quatro notas e um artigo assinado por Julieta Drummond, filha de Drummond de Andrade. No mesmo período de 2007, circularam 31 edições do “Zona Sul”, em que foi encontrado um número semelhante de ocorrências do tema, abordado em 27 matérias e 12 cartas. Em 1985, a maioria dos textos jornalísticos (as matérias, as notas e o artigo) que falava sobre a população de rua era do caderno “Copacabana” (62,5%). “Ipanema” concentrava 25% e Botafogo, 12,5%. Em 2007, 100% dos textos eram reportagens, sendo que 56% falavam especificamente da existência de pessoas vivendo nas ruas. O percentual é parecido com o de 1985, quando metade dos textos focava-se exclusivamente na questão. Os demais abordavam também outros problemas.

Apesar de população em situação de rua ser o principal foco da maioria dos textos analisados, em apenas duas matérias (8%) de 1985 e três (11%) de 2007, essas pessoas tiveram alguma fala publicada. Geralmente, os entrevistados são moradores residenciais, comerciantes, funcionários dos prédios ou lojas, integrantes de associações de moradores do bairro e representantes do poder público (Tabelas 11 e 12). E mesmo quando a pessoas em situação de rua fala, nem sempre a declaração é usada “a seu favor”, **conforme veremos adiante**. Ou seja, os que têm voz nas matérias se dividem basicamente em dois grupos: aqueles que reclamam da existência de pessoas vivendo nas ruas e aqueles que são cobrados para solucionar este problema.

⁶⁸ “O Globo” não circulou nos dias 18 e 19 de fevereiro de 1985 por causa do carnaval.

A população de rua, portanto, é muito mais objeto do discurso de terceiros do que autor de seu próprio discurso. E nesse contexto – em que predomina a “indignação unânime” – ela é essencialmente tratada como um problema para o outro, e não para si mesmo, uma abordagem que, como já demonstrado, não forja nenhuma solidariedade possível entre afortunados e sofredores.

Tabela 11: Quem fala no texto jornalístico?⁶⁹

	1985 (%)	2007 (%)
Apenas o repórter	20,83	3,70
Repórter e pessoa em situação de rua	8,33	11,11
Repórter e morador residencial/ comerciante/ funcionários locais/ representante de associação de bairro	66,67	81,46
Repórter e representante do poder público	33,34	77,76
Repórter e turistas	4,17	3,70
Repórter e integrantes do terceiro setor	0,00	11,11
O autor do artigo	4,17	0,00

Tabela 12: Quem fala especificamente sobre a população de rua?

Quem fala / Ano	1995 (%)	2007 (%)
Apenas o repórter	25,00	3,70
Repórter e pessoa em situação de rua	8,33	11,11
Repórter e morador residencial/ comerciante/ funcionários locais/ representante de associação de bairro	66,67	66,65
Repórter e representante do poder público	25,00	55,55
Repórter e turistas	0,00	3,70
Repórter e integrantes do terceiro setor	0,00	11,11
O autor do artigo	4,17	0,00

5.4 O QUE É FALADO SOBRE A POPULAÇÃO DE RUA

⁶⁹ Nas duas tabelas, as alternativas somam mais de 100% porque podiam estar presentes simultaneamente na mesma matéria, permitindo a marcação de múltiplas respostas à mesma questão.

Investigando o que é falado sobre a população de rua, observa-se que os principais atributos que a definem são a sujeira e a violência, sendo que o primeiro é mais recorrente na década de oitenta e o segundo, atualmente (Tabela 13).

Tabela 13: O que é falado sobre a população de rua?⁷⁰

O que é falado / Ano	1995 (%)	2007 (%)
São violentos ou fator de insegurança	45,83	74,08
São sujos; sujam o ambiente; fazem sua higiene e necessidades básicas no local; ou não são chamados de sujos, mas estão diretamente associados à sujeira	66,67	44,45
Atrapalham a passagem ou o uso do espaço público	66,67	37,04
Perturbam; fazem barulho, arruaça; bebem, usam drogas; jogam	41,67	14,81
Montou uma casa no local (cozinha na rua, estende as roupas na rua)	25,00	18,51
Pede dinheiro, comida	25,00	14,81
Desvalorizam a propriedade imobiliária; afastam fregueses e/ ou turistas	16,67	11,11
São promíscuos, obscenos; fazem sexo; ficam nus	16,67	7,41
Apenas reclama da sua presença sem apontar razão específica	12,50	0,00

Em 1985, em metade dos textos as pessoas em situação de rua são caracterizadas como alguém que suja o ambiente, é mal cheiroso e/ ou faz sua higiene e necessidades básicas em local público. Além disso, em outros quatro elas são associadas à sujeira, apesar de não serem expressamente chamadas de sujas. Assim, em 67% dos textos esta população está relacionada à falta de limpeza. Também em 67% dos casos analisados, é dito expressamente que a população de rua atrapalha a passagem ou o uso do espaço público, muito embora esta idéia esteja subentendida sempre que ela é chamada de suja, violenta e imoral.

Na matéria “Praças de Copacabana têm de tudo. Só falta área de lazer”, as pessoas que vivem nas ruas são apontadas como um empecilho para o uso das praças pelos moradores residenciais do bairro:

Na praça Cardeal Arcoverde o espaço é disputado entre o Teatro Gláucio Gil, a Escola Municipal Aquino Correia, cachorros, muitos mendigos, lixo e algumas crianças e suas mães. Helena Fátima, com o filho Fabrício, fala do lazer no local: – A praça vive infestada de desocupados e mendigos que dormem nos bancos, espalham lixo e sujam

⁷⁰ As alternativas somam mais de 100% porque podiam estar presentes simultaneamente na mesma matéria, permitindo a marcação de múltiplas respostas à mesma questão.

tudo. As crianças mal têm espaço para brincar. Terra também não tem. Tem é poeira e mau cheiro. (...) A Arcoverde mais parece uma praça abandonada. Ela é muito triste⁷¹.

Em outra, o título “Muito lixo, detritos e mendigos espalhados pelas nossas esquinas” não faz distinção entre sujeira e as pessoas em situação de rua. O texto guarda uma certa ambigüidade entre o reconhecimento de que a pessoa que recorre ao lixo vive uma situação limite e o desprezo por ela ser capaz de se submeter a isso, como se a disponibilidade dos restos fosse até motivo para comemoração:

Esquecidas há dias pelo caminhão da Comlurb, as caçambas já não comportam a quantidade de lixo acumulado e, pela grande concentração de detritos, vêm reunindo a sua volta um grande número de mendigos que passam boa parte do dia emprenhados num rigoroso e cruel trabalho de seleção. Uns separam num canto o que pode ser vendido ou o que pode ter alguma serventia pessoal. (...) Outros chegam a fazer das caçambas uma grande fonte de alimentos. (...) E assim, com a fonte tão à mão, nem o mau cheiro parece incomodá-los. Provavelmente, devem até torcer para que a Comlurb continue não recolhendo o lixo, porque assim eles têm mais tempo para selecionar o material⁷².

Em “Lojistas apelam à creolina contra sujeira de mendigos”, as pessoas são criticadas por defecar e urinar na rua. O texto ignora que fazer isso publicamente é humilhante e que tal atitude, portanto, não é fruto de uma escolha pessoal, mas decorre da falta de moradia, situação que não torna as pessoas livres de suas necessidades básicas. A população de rua é, ainda, indicada como autora de “brigas e obscenidades” e capaz de represálias a quem reclamar da sua presença. Também se reclama da sua presença por afastar os fregueses do comércio do bairro:

Lavar a calçada com creolina foi a solução que os comerciantes da Avenida Nossa Senhora de Copacabana, quase esquina com Hilário de Gouveia, encontraram para amenizar o mau cheiro e a sujeira deixados pelos mendigos todas as noites nas portas de suas lojas. (...) Antônio Augusto Barreros, subgerente da loja G. Nadais, diz que o local fica ‘que é fezes de uma ponta a outra’ e eles já separam uma verba mensal para o desinfetante. (...) Seu colega Sérgio Savin, proprietário da Bela Joalheiros, confirma as palavras do vizinho:

– Se não lavarmos a calçada todos os dias – diz ele – as freguesas não param. Mesmo lavando com creolina elas já reclamam do mau cheiro – acrescenta. – Tem cocô, xixi, resto de comida, sem contar as brigas e obscenidades. Para Hermínio Francisco Ribeiro, o pior é ‘a fedentina’. – Se a gente vai falar, eles ainda acham ruim. Eu procuro não

⁷¹ FREITAS, Dilza. *Praças de Copacabana têm de tudo. Só falta área de lazer*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 ago. 1985. Copacabana, p. 7.

⁷² MIRANDA, Patrícia. *Muito lixo, detritos e mendigos espalhados pelas nossas esquinas*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 mar. 1985. Copacabana, p. 3.

criar atrito com eles senão ainda pode vir uma represália contra a loja. Mas não há quem agüente o mau cheiro⁷³.

Em 42% dos textos de 1985, o segmento é classificado como arruaceiro, consumidor de bebida ou outras drogas e adepto do jogo. Em 25%, é criticado por ter instalado uma “casa” no local, acumulando caixotes, roupas e outros pertences. Também em um quarto dos textos, reclama-se das pessoas em situação de rua serem pedintes. Em quatro (17%) casos analisados, elas são consideradas obscenas, por ficarem nuas e/ ou praticarem sexo na rua, como no caso da nota “A Praça N. S. da Paz é dos mendigos. Até casa já tem”:

A Praça Nossa Senhora da Paz também foi tomada por mendigos e desocupados. E os moradores estão apavorados com as cenas de nudez e a agressividade dos “hóspedes”. Os banhos e as ‘necessidades inadiáveis’ são feitas à luz do dia, no lago, poluindo ainda mais a praça. O mendigo mais assíduo, que instalou uma verdadeira casa, com painéis, lençóis, papéis e cobertas, já assustou muita criança ao desfilar nu pelas alamedas. Com atitudes como esta e o seu permanente estado de embriaguez, transformou a área do lago inacessível. Em outra área, à esquerda do centro da praça, vivem várias pessoas: as roupas estendidas na grama e sobre as plantas dão uma idéia da ‘cabeça de porco’ em que se transformou a Nossa Senhora da Paz⁷⁴.

Em 46% dos textos de 1985, as pessoas em situação de rua estão associadas a algum tipo de violência, como prática de assaltos ou furtos (21%), realização de ameaças (17%) ou costume de brigar entre si e ter tratamento agressivo (17%) (Tabela 14).

Tabela 14: A que tipo de violência estão associados?⁷⁵

Tipo de violência / Ano	1995 (%)	2007 (%)
Roubam (furtam ou assaltam)	20,84	51,85
Fazem ameaças ou são ameaçadores	16,67	18,51
Brigam entre si; são violentos, agressivos	16,67	3,7
São apontados como fator de insegurança, mas sem especificação do motivo	4,17	7,41
Nenhuma	54,17	37,04

⁷³ ASSIS, Denise. *Lojistas apelam à creolina contra sujeira de mendigos*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 fev. 1985. Copacabana, p. 6.

⁷⁴ *A Praça N. S. da Paz é dos mendigos. Até casa já tem*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 jul. 1985. Ipanema, p. 5.

⁷⁵ As alternativas somam mais de 100% porque podiam estar presentes simultaneamente na mesma matéria, permitindo a marcação de múltiplas respostas à mesma questão.

Conforme exposto na tabela 13, a violência passa a ser o principal atributo definidor da população de rua em 2007, aparecendo em 74% das reportagens. Em 52% dos casos, essas pessoas estão associadas ao roubo, como no trecho da reportagem “Apesar da beleza, parques estão vazios”:

A aparência de abandono aumenta a sensação de insegurança nos frequentadores. Uma moradora do posto 6, que prefere não se identificar, diz que leva os netos ao (*parque*) Garota de Ipanema, mas apenas durante o dia e na parte baixa do parque: – Para andar aqui, só se for em dupla. Tenho medo de assaltos. No trecho alto, nunca vou. E acho que ninguém vai por causa do receio de caminhar num lugar ermo por onde muitos moradores de rua perambulam⁷⁶.

Assim como é dito sobre Ipanema na matéria acima, a reportagem “Perigo na travessia do túnel.” também define a presença da população de rua como impedimento para o uso do espaço público em Copacabana. Neste caso, não só por causa da violência:

Cruzar a pé as galerias do Túnel Sá Freire Alvim, que liga as ruas Barata Ribeiro e Raul Pompéia, tem sido um desafio. Os pedestres que arriscam o percurso de 326 metros precisam passar por fezes, urina, restos de comida, caixas de papelão, colchonetes, escuridão e pelo risco de serem assaltados. Preocupados com o aumento do número de pedestres no túnel, desde a inauguração da estação Cantagalo do metrô, moradores das redondezas cobram melhorias. – Tem muito pivete no meio dos moradores de rua. O pior é que o problema existe há anos e não se resolve – diz o vendedor Vincenzzo Romeu, que também reclama dos bueiros sem tampa⁷⁷.

Nesta outra reportagem, “Menos crimes entre a Glória e o Flamengo”, a queda do número de roubos é atribuída ao recolhimento massivo da população que vive nas ruas durante os Jogos Pan-americanos – 800 pessoas teriam sido levadas para abrigos, um número que parece superestimado, considerando que representa metade de toda a população de rua da cidade.

Os roubos a pedestres diminuíram cerca de 35% no Flamengo, no Catete e na Glória, desde maio, informa o subprefeito Marcelo Maywald. O policiamento durante o Pan e a operação Zona Sul 2 em Ordem, para recolhimento de população de rua, surtiram efeito, segundo ele. Os moradores reconhecem o aumento da segurança, mas, céticos, perguntam-se até quando vai durar a calmaria. Equipes da PM, da Guarda Municipal e

⁷⁶ GALDO, Rafael. *Apesar da beleza, parques estão vazios*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 jul. 2007. Zona Sul, p. 6.

⁷⁷ BORGES, Waleska. *Perigo na travessia do túnel*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 mar. 2007. Zona Sul, p. 3.

da subprefeitura têm feito operações diárias e já retiraram, ainda que temporariamente, 800 pessoas das vias públicas⁷⁸.

Embora o índice seja menor do que em 1985, ainda é expressiva a ocorrência de associação entre população de rua e sujeira (44%) atualmente. Sendo que em 33% estas pessoas são objetivamente classificadas como sujas ou agentes poluidores. Na matéria “Sujeira no Largo do Machado”, um gerente da Comlurb diz que os “moradores de rua” são nocivos à limpeza urbana:

O gerente da Comlurb na região, Alberto do Couto Medeiros, diz que quatro garis são responsáveis pela varredura da praça diariamente: – São dois de dia, um à tarde, e um à noite. Fora isso, há sempre lavagem da praça. Mas há muitos ambulantes e moradores de rua no Largo do Machado, e esta é uma combinação nociva à limpeza urbana – ressalta Medeiros. Combinação que também incomoda a estudante universitária Elaine Feital: – Eles fazem a praça de banheiro público. Outro dia, havia fezes e urina próximo aos balanços. A criança que brinca no espaço certamente está exposta a doenças⁷⁹.

A população de rua também continua sendo criticada por atrapalhar o uso do espaço público (37%); construir instalações “domésticas” na rua (18,5%); e desvalorizar pontos residenciais, comerciais e turísticos (17%):

– De seis meses para cá houve um aumento enorme da população de rua. Eles cozinham e fazem necessidades. É uma área nobre, pagamos IPTU alto para dar de cara com isso? – reclama a professora Ângela Nogueira, moradora da região. Vizinho de Ângela, Carlos Nobre diz que a situação espanta visitantes. – Trouxe amigos para ver a Lagoa, mas, com tantos mendigos, dei meia-volta⁸⁰.

Em 17%, ainda são caracterizadas como pessoas promíscuas; em 15%, como arruaceiros ou usuários de drogas; e, em 15%, também como pedintes:

Moradores de rua instalados ao lado da Igreja de São João Batista, na Rua Voluntários da Pátria, em Botafogo, viraram ameaça para os pedestres que transitam pelo local. Segundo moradores das redondezas, o grupo pratica pequenos delitos e intimida quem passa pela calçada. – O trecho tornou-se perigoso. Além de mendigos que moram na entrada da igreja, há a população de rua sazonal, que fica durante o dia pedindo dinheiro de forma ameaçadora – conta o aposentado Marco Aurélio Sá. Segundo uma moradora da Rua Voluntários da Pátria que preferiu não se identificar, o grupo briga

⁷⁸ MASCARENHAS, Gabriel. *Menos crimes entre a Glória e o Flamengo*. O Globo, Rio de Janeiro, 02 ago. 2007. Zona Sul, p. 6-7.

⁷⁹ TEMER, Gabriela. *Sujeira no Largo do Machado*. O Globo, Rio de Janeiro, 28 jun. 2007. Zona Sul, p. 3.

⁸⁰ FORTUNA, Maria. *Quando a praça vira casa*. O Globo, Rio de Janeiro, 07 jun. 2007. Zona Sul, p. 8.

entre si e pratica sexo durante o dia: – É constrangedor ouvir a quantidade de palavrões que eles gritam⁸¹.

É interessante destacar que, apesar das matérias, principalmente as de 2007, darem grande destaque para o potencial violento das pessoas em situação de rua, em apenas 17% das cartas dos leitores que falam sobre esta população no mesmo período se queixam desse suposto comportamento (Tabelas 15 e 16). Em 1985, o índice também é baixo (7%). É possível supor, então, que existe uma representação superestimada desse segmento como violento, já que os moradores residenciais não percebem, segundo as cartas, a população de rua como agente agressor.

Tabela 15: O que os leitores falam sobre a população de rua?⁸²

O que é falado / Ano	1995 (%)	2007 (%)
São violentos ou fator de insegurança	7,14	16,67
São sujos; sujam o ambiente; fazem sua higiene e necessidades básicas no local; ou não são chamados de sujos, mas estão diretamente associados à sujeira	57,14	50,00
Atrapalham a passagem ou o uso do espaço público	57,14	33,33
Perturbam; fazem barulho, arruaça; bebem, usam drogas; jogam	28,57	16,67
Montou uma casa no local (cozinha na rua, estende as roupas na rua)	14,29	33,33
Pede dinheiro, comida	14,29	0,00
Desvalorizam a propriedade imobiliária; afastam fregueses e/ ou turistas	0,00	8,33
São promíscuos, obscenos; fazem sexo; ficam nus	7,14	8,33
Apenas reclama da sua presença sem apontar razão específica	21,43	16,67

Tabela 16: A que tipo de violência estão associados, segundo os leitores?⁸³

Tipo de violência / Ano	1995	2007
Roubam (furtam ou assaltam)	14,29	8,33
Fazem ameaças ou são ameaçadores	0,00	0,00
Brigam; são violentos, agressivos	7,14	8,33
São apontados como fator de insegurança, mas sem especificação do motivo	0,00	0,00
Nenhuma	78,57	83,33

⁸¹ GOMES, Aline. *População de rua intimida pedestres*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 jun. 2007. Zona Sul, p. 20-21.

⁸² As alternativas somam mais de 100% porque podiam estar presentes simultaneamente na mesma matéria, permitindo a marcação de múltiplas respostas à mesma questão.

⁸³ As alternativas somam mais de 100% porque podiam estar presentes simultaneamente na mesma matéria, permitindo a marcação de múltiplas respostas à mesma questão.

5.5 GRAU DE HUMANIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE RUA

Além de analisar o que é dito sobre a população em situação de rua, foram elaboradas mais três questões para tentar definir o “grau de humanização” dessas pessoas nos jornais de bairro. Uma delas detectou as formas como elas eram identificadas. O resultado é que, em 1985, 100% das matérias referiam-se ao que vivem nas ruas como “mendigos”. Como visto no capítulo anterior, o termo é considerado depreciativo entre as próprias pessoas em situação de rua, que, assim como feito nas matérias, também o utilizam para marcar uma diferença entre si e o “outro”, aquele sem dignidade. O substantivo é carregado de preconceitos, associa o indivíduo à súplica e a inércia e cristaliza sua situação de vida como definitiva. Na rua, existem pessoas em diferentes graus de “desfiliação”, e mesmo aquele que já perdeu completamente os vínculos com a família, o trabalho, ou qualquer outra “instituição” social não está condenado a viver assim para sempre e pode deixar a rua se contar com a solidariedade de medidas para além do mero assistencialismo, seja do Estado, da sociedade civil ou de indivíduos isolados.

Além da denominação de “mendigo”, em 17% dos textos de 1985 as pessoas que estão nas ruas eram chamados de “desempregados” e, em 12,5% de “desocupados”. Ambos os substantivos definidores estão diretamente relacionados a não realização de uma atividade laborativa, mas o primeiro permite associar a falta de uma ocupação formal do indivíduo à ausência de vagas no mercado de trabalho, o que era uma realidade econômica muito concreta nos anos 80, a “década perdida” do Brasil. Já o termo “desocupado” individualiza a responsabilidade pela falta de trabalho, dando a impressão de que a pessoa em situação de rua não tem iniciativa de buscar uma ocupação. Por outro lado, em 8% das matérias essas pessoas eram chamadas de “catadores” (de material reciclável), ou seja, eram definidas por seu trabalho. Isso não implicou, no entanto, necessariamente na construção de uma imagem positiva.

Em 2007, o uso do termo “mendigo” permanece, mas cai pela metade, estando presente em 48% das matérias. Os substantivos mais usados como definidor das pessoas que vivem na rua atualmente é “morador de rua” (59%). “População de rua” é outro que também tem destaque, aparecendo em 41% das reportagens. Em 18,5% das matérias de 2007 aparecem os termos “menor” e “menores de rua”, normalmente acompanhados de denominações neutras como “crianças”, “adolescentes”, “jovens”, “garoto”. Estas matérias, dedicadas especifica ou parcialmente a permanência de menores de idade nas ruas, não foram encontradas no período

estudado de 1985. O termo “sem-teto” também não era utilizado em 1985 e aparece em duas matérias.

É possível observar, portanto, um movimento de substituição do termo mais pejorativo por outros mais “politicamente corretos” (ver Tabela 17). Em uma matéria, inclusive, é empregada a expressão “pessoa em situação de vulnerabilidade social”. Também uma única vez é utilizado o termo “desocupado”. Mas, apesar de ter sido bem menos empregado do que em 1985, o que pode representar que está perdendo visibilidade a perspectiva de que essas pessoas não têm disposição para o trabalho, é significativo que ele tenha sido utilizado na capa da edição cuja matéria principal⁸⁴ é dedicada exclusivamente a população de rua presente na Zona Sul. Tal reportagem fala de uma suposta mudança do perfil da população de rua, que estaria mais violenta atualmente.

Tabela 17: Grau de humanização: como a pessoa em situação de rua é identificada?⁸⁵

	1995 (%)	2007 (%)
Como mendigo(s)	100,00	48,14
Como morador(es) de rua	0,00	59,25
Como população de rua	0,00	40,73
Como menores/ menores de rua/ jovem/ garoto/ adolescentes/ crianças	0,00	18,51
Como desempregado(s)	16,67	0,00
Como desocupado(s)	12,5	3,70
Como catadore(s)	8,33	0,00
Como sem-teto	0,00	7,41
Como pessoa(s) em situação de vulnerabilidade social	0,00	3,70

Após detectar as formas genéricas como a população de rua era denominada, buscou-se identificar formas utilizadas para individualizar essas pessoas nas reportagens (Tabela 18). O resultado foi que, em 75% dos textos de 1985 e em 67% dos de 2007, não havia qualquer individualização. Em apenas duas (8%) matérias da década de 80 e em uma (4%) deste ano as pessoas em situação de rua eram identificadas pelo nome. Em algumas matérias de ambos os

⁸⁴ BORGES, Waleska e MARCH, Rodrigo. *Além da esmola...* **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 fev. 2007. Zona Sul, p. 16-23.

⁸⁵ As alternativas somam mais de 100% porque podiam estar presentes simultaneamente na mesma matéria, permitindo a marcação de múltiplas respostas à mesma questão.

períodos, havia ainda referência ao sexo ou à idade dos indivíduos retratados, mas esse tipo de qualificação não pode ser considerado propriamente como uma forma de individualizá-los.

Tabela 18: Grau de humanização: como a pessoa em situação de rua é "individualizada"?⁸⁶

	1995 (%)	2007 (%)
Não se aplica pois não há individualização	75,00	66,67
Pelo nome	8,33	3,70
Pela faixa etária (meninos, crianças, idosos, adultos) - não chega a ser propriamente uma forma de ndividualização	12,5	30,19
Pelo sexo - não chega a ser propriamente uma forma de individualização	16,67	18,51

Outro aspecto analisado foi a presença de **histórias de vida**, ou seja, se as reportagens apresentavam um pouco da trajetória daqueles que estão nas ruas. O objetivo dessa questão e das duas anteriores era identificar o grau de humanização que os jornais de bairro davam a este público, pois um “mendigo” sem nome e sem história sensibiliza o leitor de forma diferente que um homem chamado *João Carlos Ramos que migrou com a família de Curitiba em busca de melhores condições de vida e acabou tendo que viver numa esquina de Copacabana com a mulher e dois filhos*, conforme descreve trecho da matéria “Calçadas são uma boa. Para os mendigos”:

Não é preciso caminhar muito para encontrar, na esquina da Hilário de Gouveia, uma família com dois filhos, caixas e trouxas. A mulher resiste, não quer falar. Mas João Carlos Ramos, seu marido, se adianta e expõe seu drama. – Nós viemos há dois meses de Curitiba. Pensei em tentar a sorte no Rio, um emprego melhor, e me dei mal. A princípio ficamos no albergue da (*Fundação*) Leão XIII – fala com sotaque – mas acabou o prazo e tivemos que sair. João Carlos conta também que em Curitiba deixou família e um emprego de caseiro onde tinha, ao contrário de agora, um teto onde abrigar os dois filhos e terreno para plantar verduras. Arrependido, ele diz estar tentando sem êxito conseguir passagem de volta para todos. Enquanto isso se vira como pode. O ponto, bastante disputado por outros mendigos, por ficar entre o supermercado e a porta da Igreja Nossa Senhora de Copacabana, freqüentada por senhoras caridosas, lhe oferece algumas vantagens. – Nós usamos o banheiro do supermercado, tomamos banho na praia, nos postos públicos e para dormir a marquise protege da chuva. Mas as crianças reclamam, querem ir embora. É uma situação difícil. Mas não temos para onde ir. Para piorar a mulher ainda sofre do coração. Sou servente de pedreiro mas nem biscate tem aparecido – reclama⁸⁷.

⁸⁶ As alternativas somam mais de 100% porque podiam estar presentes simultaneamente na mesma matéria, permitindo a marcação de múltiplas respostas à mesma questão.

⁸⁷ ASSIS, Denise. *Calçadas são uma boa. Para os mendigos*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 ago. 1985. Copacabana, p. 4.

Nem todo o conteúdo do trecho acima constrói uma imagem necessariamente “positiva” da pessoa em situação de rua. A referência, por exemplo, ao que ele tinha e “abandonou” em Curitiba dá a impressão de que ele foi ambicioso e trocou uma vida simples, mas absolutamente digna, pelo risco de viver em outra cidade. Por mais que a vida da família em Curitiba fosse melhor do que a nas ruas de Copacabana, certamente deveria ter inúmeras privações para levá-los a optar pela incerteza da migração. Nos dois anos analisados, apenas duas reportagens trouxeram histórias de vida: algumas delas construíram representações que humanizavam as pessoas em situação de rua, outras o fizeram parcialmente (Tabela 19).

Tabela 19: Grau de humanização: há história de vida?:

	1985 (%)	2007 (%)
Não	91,67	92,59
Sim	8,33	7,40

Na mesma matéria em que é descrita a trajetória de João Carlos, falam também mais duas pessoas em situação de rua. Maria Rosa, de 56 anos, diz que perdeu um filho e conta que está na rua porque não tem como trabalhar e depende de esmolas para pagar o aluguel do quarto precário em que vive no subúrbio da cidade⁸⁸. Ela explica também que não quer ir para o abrigo público porque lá, segundo relatos de colegas de rua, os albergados seriam explorados e sofreriam maus-tratos. Ao fim do relato, a reportagem diz que a situação é “cômoda” para Maria, mas “desagradável” para a dona da loja em frente à qual ela pede ajuda, pois estaria afastando fregueses.

A outra mulher que fala na matéria é descrita como uma pessoa arredia, que não quis revelar seu nome à reportagem e, por isso, é identificada apenas como “uma negra” que está acompanhada de seu filho Rafael. Segundo a matéria, ela parece uma pessoa hostil que não precisa estar ali, já que não depende do dinheiro que ganha na rua para sobreviver:

Um pouco mais adiante, entre a Rua Santa Clara e a Figueiredo Magalhães, ainda na Nossa Senhora de Copacabana, a preferida pelos mendigos, principalmente à tarde, hora de movimento maior no comércio, uma negra estendeu uma toalha. Em companhia do filho, Rafael, de um ano e quatro meses, recolhe dinheiro para os santos expostos sobre o pano: Lázaro (Obalué) e Imaculada Conceição (Oxum). Segundo ela, que rispidamente se nega a dar o nome, não vive de esmola – Graças a Deus tenho que comer, garante. – Este dinheiro é para o santo. O Rafael teve problemas de saúde e tem

⁸⁸ Ibid., p. 4.

que ‘desenvolver’, fazer a cabeça. Mas tenho casa e comida. Só não digo ontem porque não te interessa – fala agressiva. Ao seu lado, Rafael limita-se a sorrir sem entender a bronca da mãe. Para o santo ou para ela, o fato é que esta pode ser só mais uma forma de mendicância que povoa o bairro⁸⁹.

Em 2007, há relatos sobre duas pessoas em situação de rua. Um deles, descrito na matéria “Além da esmola...”⁹⁰, é sobre um garoto que já teria diversas vezes sido recolhido para um abrigo público, mas que permanecia na rua por causa do vício das drogas. O outro, que compõe toda a matéria “Do sonho de vencer nos gramados aos bastidores da sala de projeção”⁹¹, fala sobre a recuperação de Francisco Barboza de Mello, que já viveu nas ruas e conseguiu sair dessa situação. Depois de passar um tempo morando em um abrigo da prefeitura e vendendo a revista “Ocas”, publicada pela Organização Civil de Ação Social, em frente a um cinema em Botafogo, ele foi contratado para trabalhar como balconista na lanchonete do estabelecimento.

Nesta matéria, há uma representação extremamente positiva da pessoa que esteve na rua. Mas é importante frisar o tempo pretérito do verbo: afinal, ele não está mais dormindo sob as marquises. Na reportagem, Francisco é um exemplo de um vencedor, e são os vencedores que são valorizados em nossa sociedade, e não os que ela considera como *losers*. É interessante também observar que o destaque dado à matéria dentro do caderno foi mínimo. Publicada na página 40, a reportagem foi posicionada na metade inferior da folha, num espaço frequentemente destinado aos anúncios. Ela vinha ainda em formato de “box de notícia”, estando, portanto, circundada por uma linha laranja que reforçava a impressão de que se tratava de uma peça de marketing, atraindo menos a atenção do leitor.

5.6 AUSÊNCIA DE CAUSAS E SOLUÇÕES

Para elaborar medidas que busquem resolver um problema, qualquer que seja ele, certamente é necessário investigar suas causas. Não é o que costuma ser feito nas matérias dos jornais de bairro analisadas. Embora todas as reportagens, as notas e o artigo de 1985 indiquem

⁸⁹ ASSIS, Denise. *Calçadas são uma boa. Para os mendigos*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 ago. 1985. Copacabana, p. 4.

⁹⁰ BORGES, Waleska e MARCH, Rodrigo. *Além da esmola...* **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 fev. 2007. Zona Sul, p. 22-23.

⁹¹ *Do sonho de vencer nos gramados aos bastidores da sala de projeção*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 ago. 2007. Zona Sul, p. 40.

que a existência de pessoas em situação de rua é um problema (principalmente para os moradores residenciais), 71% desses textos não levantam nenhuma possível causa para o fenômeno. Por outro lado, em 29% dos casos o problema é classificado como uma questão social e/ ou é atribuído à crise econômica ou desemprego – um fator que, como visto no primeiro capítulo, é bastante determinante para que uma pessoa passe a viver nas ruas.

Esta percepção está presente, por exemplo, na fala do diretor da Fundação Parques e Jardins, Sérgio Tabet, quando ele responde à cobrança pela recuperação das praças de Copacabana, na matéria “Poucas ‘clareiras’ de lazer na paisagem”: “a invasão das praças por mendigos parece um problema crônico, de ordem social, que não cabe ao Departamento resolver”⁹². Já um morador residencial, na reportagem “Mendigos e catadores de papel, sérios problemas”, destaca a influência da crise econômica na elaboração de estratégias de sobrevivência por esta população, por exemplo na catação de material reciclável: “Eles estão indo à luta em consequência da crise econômica. A sujeira existe, mas como eles vão viver?”⁹³. Além da questão do desemprego, em duas matérias de 1985 é dito, também, que a caridade dos pedestres atrai a pessoas para as ruas.

Em 2007, o índice de matérias que não apontam causas (78%) para o problema é ainda maior que na década de 80 (Tabela 20). Outra mudança negativa é que apenas uma matéria deste ano fala em causas econômicas para a existência de pessoas vivendo nas ruas. Além disso, três matérias apresentam a precariedade dos abrigos municipais como motivo de permanência nas ruas; duas dizem que a violência obrigou-os a abandonarem suas casas; e uma aponta a depressão e outra a dependência química como fatores responsáveis.

Tabela 20: Causas apontadas para existência de pessoas em situação de rua:⁹⁴

	1985 (%)	2007 (%)
Não aponta	70,83	77,78
Crise econômica / Diz que é uma questão social / Faz referência ao desemprego	29,17	3,70
Caridade dos pedestres	8,33	0,00
Violência	0,00	7,40
Assistência precária / abrigos ruins	0,00	11,11
Drogas	0,00	3,70
Depressão	0,00	3,70

⁹² MIRANDA, Patrícia. *Poucas ‘clareiras’ de lazer na paisagem*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 ago. 1985. Copacabana, p. 7.

⁹³ *Mendigos e catadores de papel, sérios problemas*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 mai. 1985. Copacabana, p. 9.

⁹⁴ As alternativas somam mais de 100% porque podiam estar presentes simultaneamente na mesma matéria, permitindo a marcação de múltiplas respostas à mesma questão.

Assim como não procuram descobrir as causas do problema, a maioria das reportagens de ambos os anos (75% em 1985 e 63% em 2007) também não investiga possíveis soluções (Tabela 21). Quando se propõe alguma medida para resolver a questão, trata-se de mero recolhimento para abrigos em 21% dos casos na década de 80 e em 15% dos textos atuais. Em 2007, reportagens (7,4%) apontaram, ainda, o aumento do policiamento local como forma de tratar o problema. Um dado positivo, no entanto, é que em pelo menos 18,5% das matérias deste ano é apontada a necessidade de um atendimento assistencial mais elaborado para tentar retirar as pessoas da rua, que além de abrigo ofereça atendimento psicológico e médico, tratamento contra dependência química, capacitação da mão de obra, entre outros serviços. Em 1985, nenhuma reportagem propunha isso; em apenas uma matéria, o secretário de estado de Promoção Social, José Gouvêa Filho, questionava a eficácia do mero recolhimento e apontava a necessidade de uma mudança profunda na economia para resolver o problema:

A solução para este problema seria a alteração da estrutura econômica deste país dando mais oportunidade e empregos, a recuperação da Previdência Social, que se incumbiria dos velhos e dos encostados, e a reforma agrária, que segurasse as famílias no campo. De imediato não há uma saída a não ser este trabalho de recolhimento que, evidentemente, não dá vazão ao número cada vez maior de mendigos pela cidade⁹⁵.

Tabela 21: Soluções apontadas:

	1985 (%)	2007 (%)
Não aponta solução	75	62,96
Retirar do local / Levar para um abrigo	20,84	14,81
Solução mais trabalhada, como programas sociais, oferecendo educação, atendimento psicológico, tentativa de reintegração familiar	0,00	22,21
Reestruturar a sociedade	4,17	0,00
Aumentar o policiamento no local	0,00	7,4

Um discurso que trata a população de rua como inconveniente e perigosa, que não tenta descobrir as causas do problema e que não investiga possíveis soluções tende a oferecer, para a questão, respostas violentas – que forcem o êxodo das pessoas em situação de rua – ou paliativas, como o mero albergamento (Tabela 22).

⁹⁵ ASSIS, Denise. *Calçadas são uma boa. Para os mendigos*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 ago. 1985. Copacabana, p. 5.

Tabela 22: Medidas tomadas com relação ao problema:

	1985 (%)	2007 (%)
Nenhuma	79,17	44,44
Retirada do local	4,17	0
Tentativa ou recolhimento para Fundação Leão XIII ou outro abrigo	4,17	33,34
Adotou medida para provocar o deslocamento da PSR (policimento/ cercamento do prédio ou da praça com grades)	12,5	18,52
Atendimento social mais elaborado	0	11,11%

Em 18,52% das matérias de 2007, por exemplo, são descritas medidas que foram tomadas com o intuito único de provocar o deslocamento da população de rua, sem se preocupar se o seu destino seria simplesmente outra calçada. Em 1985, essa também foi a atitude adotada por moradores e/ ou o poder público segundo 12,5% dos textos, como mostra a matéria “Edifícios se cercam de grades para evitar os roubos e mendigos”:

Para evitar que mendigos ocupem a entrada de seu prédio, na Avenida Atlântica 2266, esquina com Siqueira Campos, o síndico Francisco Bastos mandou instalar um porteiro eletrônico e mandou gradear uma área em frente à portaria. Outros edifícios estão seguindo o seu exemplo, como o número 2672, esquina com Santa Clara, que instalou o mesmo sistema em sua entrada. – De uns sete ou oito anos para cá a Atlântica mudou muito. Foi invadida durante o dia por esta mendicância, e à noite uma espécie de marquise que existia aí embaixo virou verdadeiro ponto de encontro de prostitutas, maconheiros e o pessoal do jogo – revela Francisco. Há seis anos síndico do prédio, Francisco conta que os proprietários sempre apresentaram queixas “mas a polícia nunca fez nada”⁹⁶.

Em 2004 e 2005, a prefeitura do Rio realizou a “Operação Cata-Tralha”, que consiste no recolhimento forçado de pertences de moradores de rua. Tal política, denunciada pela ONGs Justiça Global e Médicos Sem Fronteiras, tentava forçar o êxodo da população de rua das áreas nobres da cidade. Na matéria “Para ficar pasmado com a lixarada”, de agosto de 2007, verifica-se que esta prática continua. O que motivou a reportagem foi o excesso de lixo que estava espalhado na subida para o mirante do Pasmado, em Botafogo. Segundo a matéria, a população de rua que espalhou os detritos, em resposta a uma ação violenta da prefeitura:

A Comlurb informou que o lixo estava ensacado, à espera da passagem do caminhão. A empresa não soube explicar como os detritos foram parar no gramado. Administradora regional da área, Vitória Cervantes acredita que os moradores de rua tenham rasgado os

⁹⁶ *Edifícios se cercam de grades para evitar os roubos e mendigos. O Globo*, Rio de Janeiro, 15 jul. 1985. Copacabana, p. 4.

sacos e espalhado a sujeira, como resposta a um operação feita pela subprefeitura, horas antes. – A subprefeitura e a Comlurb desocuparam o gramado, que vinha sendo habitado por população de rua. Algumas moradias precárias, como pequenas cabanas, foram destruídas, e os pertences abandonados por mendigos, recolhidos. Porém, foi impossível remover tudo no mesmo dia. Isso facilitou a retaliação dos moradores de rua. A administradora afirmou ainda que, durante a operação, os mendigos ameaçaram os garis e outros funcionários da prefeitura⁹⁷.

Outra medida usualmente adotada é transferência da população de rua para abrigos públicos. Em uma matéria da década de 80 e em 33% das de 2007, é anunciado que houve o recolhimento (ou a tentativa de recolhimento) das pessoas em situação de rua para essas instituições. Se existe atualmente, como apontam as matérias, maior empenho do poder público em abrigar essas pessoas, é algo a se comemorar. Mas se estes estabelecimentos tem infraestrutura ruim e não oferecem outros serviços além de “cama e comida”, eles serão pouco eficazes na reconstrução da autonomia desses indivíduos, ou seja, na promoção de sua saída definitiva das ruas.

É interessante destacar também que as matérias trazem com frequência, e sem nenhuma visão crítica, uma declaração padrão da Secretaria de Assistência Social informando que realiza operações de recolhimento diariamente, dando a impressão de que sobram vagas em albergues e que as pessoas preferem as ruas apesar das inúmeras investidas dos agentes sociais da prefeitura. A verdade é que é muito comum que os abrigos públicos estejam lotados; além disso, mesmo que existam vagas disponíveis, outros fatores contribuem para afastar o seu público alvo: “nessas instituições, além do prazo restrito para a permanência, a sistemática de funcionamento e controle social faz com que muitas pessoas desabrigadas prefiram a rua, em função do caráter disciplinador e repressivo de alguns desses lugares”⁹⁸. É o retrato que descreve Julio Fernando Moreira, um ex-albergado, nestes dois trechos do livro “No olho da rua”, já citado em capítulos anteriores:

Na manhã do que seria o meu primeiro dia no albergue João XXIII, fui despertado por uma barulheira infernal. Abri os olhos, ainda sonolento, e pude ver o porteiro do dormitório com um pedaço de madeira na mão. Ele batia o porrete contra as camas, que

⁹⁷ MASCARENHAS, Gabriel. *Para ficar pasmado com a lixarada.*, **O Globo**, Rio de Janeiro, 09 ago. 2007. Zona Sul, p. 3.

⁹⁸ ROSA, C. M., VIEIRA, M. e BEZERRA, E. 1994. *População de Rua: quem é, como vive, como é vista*. São Paulo: Editora Hucitec., p. 80.

não eram do mesmo material, talvez ferro, o que provocava o tal barulho. (...) Os que insistiam em permanecer deitados eram visitados pelo homem do porrete⁹⁹.

Com o grito do porteiro, tratamos de nos ajeitar na fila. Logo a seguir ele começou permitir nossa entrada. O plantonista, ao me dar o “papelzinho” [*espécie de senha*] para jantar, ficou com a minha autorização dizendo que eu devia procurar o serviço social no outro dia. Entendi que ele havia agido daquela maneira devido ao fato de que a autorização era para apenas três dias. Como aquele era o terceiro, a mesma perdia o valor. Quando cheguei no refeitório havia uma confusão formada. Um albergado falou mal da comida, uma sopa rala e insossa. Com isso ofendeu os brios da cozinheira. Os plantonistas, além do soldado da polícia militar sem o qual o jantar não era servido, foram chamados. As cozinheiras pararam de servir causando uma inquietação geral. (...) O policial tomou a palavra e fez ameaças dizendo que se o culpado não aparecesse a sopa não seria servida. Fez um elogio ao governo que, segundo suas palavras, não tinha obrigação de alimentar vagabundo. (...) O rapaz tentou explicar mas não teve saída. Foi arrastado dali até o portão de onde foi empurrado para o meio da rua¹⁰⁰.

Três matérias de 2007 descrevem trajetórias mais elaboradas de assistência social que foram empregadas com relação ao problema. Uma delas é a já citada “Do sonho de vencer nos gramados aos bastidores da sala de projeção”¹⁰¹, que descreve como Francisco Barboza de Mello deixou as ruas ao conseguir uma vaga em um albergue público e um trabalho em uma ong. As outras duas referem-se a programas sociais que seriam desenvolvidos por entidades do terceiro setor durante os Jogos Pan-americanos, com financiamento do governo federal, para atender crianças e adolescentes em situação de rua no entorno de locais de competição. As reportagens elogiavam os programas, mas criticavam seu tempo curto de duração e sua restrição geográfica, denunciando-os como uma medida de maquiagem da cidade para a realização do evento de visibilidade internacional.

5.7 RESPOSABILIZAÇÃO E DÊS-RESPONSABILIZAÇÃO

Os textos jornalísticos de ambos os anos apontam que a obrigação de enfrentar a questão social da população de rua cabe, essencialmente, ao poder público (Tabela 23). Em 1985, o poder executivo (principalmente o municipal) é indicado como responsável por solucionar o problema em 29% das reportagens. Em 25%, a questão é “caso de polícia”; e em 12,5% é atribuição da Secretaria de Assistência Social ou da Fundação Leão XIII. Em 2007, estas duas

⁹⁹ MOREIRA, J. F. 1999. *No olho da rua*. Rio de Janeiro: Litteris Ed: KroArt., p 17.

¹⁰⁰ MOREIRA, J. F. 1999. *No olho da rua*. Rio de Janeiro: Litteris Ed: KroArt., p 29-30.

¹⁰¹ *Do sonho de vencer nos gramados aos bastidores da sala de projeção*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 ago. 2007. Zona Sul, p. 40.

instituições passam ser os principais órgãos do poder público responsáveis por tratar da questão (as duas ou uma delas são citadas em 40% das matérias). A polícia, com 30% de frequência, e o poder executivo, com 26%, também continuam sendo indicados (Tabela 24). Além do Estado, em 2007 as organizações não-governamentais são citadas como agentes que participam das tentativas de auxiliar as pessoas a saírem das ruas. Em 1985, as matérias que citaram outros responsáveis além do poder público eram aquelas que falavam sobre ocupações de casas abandonadas. A cobrança era para que os donos dos imóveis dessem uma finalidade ao imóvel, para que ele, não estando vazio, não fosse tomado por pessoas sem moradia.

Tabela 23: A quem cabe (ou coube) solucionar ou reprimir o problema, segundo as matérias?¹⁰²

	1985 (%)	2007 (%)
Não aponta	50	29,63
Diz que não sabe apontar	4,17	0,00
Diz que a responsabilidade não é sua	8,33	0,00
Do poder público (secretaria, prefeitura, polícia)	45,84	55,56
Aponta outros responsáveis além do poder público	12,5	14,81

Tabela 24: Quem do poder público foi apontado como responsável, nas matérias?¹⁰³

	1985 (%)	2007 (%)
Não há especificação (ex: "autoridades")	0	3,7
Secretaria de Assistência Social / Fundação Leão XIII	12,5	40,74
O poder executivo (Prefeitura / Administração Regional / Governo do Estado / Governo Federal)	29,17	25,92
A polícia	25	29,63
Não se aplica pois o poder público não foi apontado como responsável	54,17	29,63
O poder judiciário	8,33	7,4

Nas cartas dos leitores, o poder público também aparece como o principal responsável por superar o problema em 78,5% dos casos de 1985 e em 42% dos de 2007. É ainda mais gritante o fato de que nenhum outro agente é indicado como responsável, ou seja, segundo 21% dos textos de 1985 e 58% dos de 2007 ninguém tem responsabilidade sobre a questão. (Tabela 25). O pagamento de impostos e taxas é citado como justificativa para esta responsabilidade do Estado em 43% das cartas de 1985 e em 25% das de 2007 (Tabela 26). Prevalece, portanto, em

¹⁰² As alternativas somam mais de 100% porque podiam estar presentes simultaneamente na mesma matéria, permitindo a marcação de múltiplas respostas à mesma questão.

¹⁰³ As alternativas somam mais de 100% porque podiam estar presentes simultaneamente na mesma matéria, permitindo a marcação de múltiplas respostas à mesma questão.

ambos os períodos analisados, a perspectiva de um Estado separado da sociedade, que deve agir sozinho e é responsável por tudo, ao contrário dos indivíduos, que tem como obrigação apenas pagar seus impostos, o que lhes libera de qualquer outra responsabilidade com relação a questões públicas e lhes dá o direito de gozar suas vidas particulares sem preocupações. É a idéia presente, por exemplo, na carta da leitora Lourdes Barbosa, intitulada “População de Rua”:

O governo, decididamente, não está tomando qualquer providência para acolher esse pessoal que vive na rua - ou porque quer ou porque precisa. Em breve, nós, que pagamos impostos, teremos que pedir licença para circular ou para sair de casa, pois essa população cresceu, rápida e assustadoramente. Eles já estão morando em nossas portas e nas portas de lojas. Nos dias 29 e 30 de junho, duas pessoas dormiam na calçada da Rua Barão de Ipanema, entre os números 57 e 61, com barraca de camping e tudo!¹⁰⁴

Tabela 25: A quem cabe solucionar (ou reprimir) o problema, segundo os leitores:

	1985	2007
Não aponta	21,43	58,33
Ao poder público	78,57	41,67

Tabela 26: O leitor diz que já paga impostos?

	1985 (%)	2007 (%)
Sim	42,86%	25,00%
Não	57,14%	66,67%

O modo como a sociedade e o Estado lidam com os problemas sociais está ligado à forma como a população enxerga estes problemas, ou seja, à representação pública que se constrói da questão. Como já exposto anteriormente, atualmente inexistente uma **política pública** — entendida como política formulada, implementada e gerenciada conjuntamente pelos diversos setores da sociedade — que busque solucionar o problema da existência de pessoas em situação de rua nas grandes cidades. As iniciativas em geral das diversas instâncias governamentais e da sociedade civil se restringem ao assistencialismo e não promovem a cidadania das pessoas que estão nas ruas. São instituições que oferecem abrigo, roupas, alimentação e assistência médica: serviços que, embora atendam as necessidades básicas, não estimulam a autonomia do indivíduo.

¹⁰⁴ BARBOSA, Lourdes. *População de Rua*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 jul. 2007. Zona Sul, p. 2.

É uma ajuda que se revela insuficiente, mesmo quando oferecida com qualidade, o que nem sempre é garantido, pois alguns abrigos são insalubres, restringem a circulação dos albergados, etc.

Um fator que contribui para este cenário é o sentimento de dês-responsabilização compartilhado pelos indivíduos de nossa sociedade. As pessoas cada vez mais se vêem como seres isolados, cuja existência diz respeito a apenas a si e não interfere na vida dos outros. Obviamente, isso não é verdade. Nosso modelo social é excludente porque existem pessoas engajadas nessa estrutura, que não se dedicam a transformá-la, mas apenas a reproduzi-la. Certamente, não é simples assumir uma forma de estar no mundo que se oponha ao *status quo*. Mas o sentimento de desligamento do todo social torna ainda mais difícil que ocorra uma mudança de comportamento. O que prevalece, portanto, é o princípio do “cada um por si”. Os moradores residenciais retratados nos jornais de bairro não se vêem como responsáveis pela miséria da população de rua, apesar de serem privilegiados dentro de um sistema de exclusão que acumula riqueza nas mãos de poucos. E é em grande parte por isso que não se mobilizam para tentar, efetivamente, superar esta questão social.

6. CONCLUSÃO

Este estudo é apenas uma pequena contribuição para uma questão complexa que exige e merece uma análise mais aprofundada, tanto do ponto de vista teórico como metodológico. O estatuto da alteridade e da solidariedade, com os quais busquei trabalhar nessa pesquisa, são muito importantes para entender as relações de poder da contemporaneidade, momento em que as relações sociais estão marcadas por uma polarização entre as posições de ‘vítimas’ e ‘algozes’. No âmbito internacional, essa configuração se revela na “luta contra o terrorismo”. No Rio de Janeiro, ela é muito visível no modo como o tráfico de drogas é discutido e combatido; e, como tentei demonstrar neste trabalho, também define o tratamento dado à população de rua na mídia e na sociedade. O estudo teórico, portanto, ainda precisa ser muito aprofundado para dar conta da questão.

Quanto à metodologia, ela pode ser mais desenvolvida principalmente com a expansão do objeto de estudo: da análise dos jornais de bairro da Zona Sul do Rio de Janeiro, seria interessante passar ao estudo de cadernos dedicados a outras regiões da cidade, e depois ao de outras editorias do jornal “O Globo”, de outros veículos e de outras mídias. Assim, seria possível aprofundar a investigação sobre as formas existentes de representação pública da população de rua e a discussão sobre diferentes modos possíveis de tratamento discursivo do tema.

Mas, apesar das limitações dessa monografia, já é possível apresentar algumas conclusões sobre a questão proposta de tentar detectar alternativas de discursos sobre a população de rua que gerem respostas mais eficientes e democráticas para o problema social, do que aquelas medidas estimuladas pelos cadernos analisados. A revista “Ocas”, já referenciada nesse estudo, certamente representou uma nova perspectiva para o problema no Brasil. Seu conteúdo conta, em grande parte, com matérias que, ao invés de produzirem um “retrato instantâneo” da população de rua, que descreve de forma distante sua situação e não se refere a seu passado e futuro, busca uma perspectiva mais aprofundada, na medida em que mergulha no seu cotidiano, e mais alongada no tempo, na medida em que descreve sua trajetória até a rua e aponta possíveis caminhos para sair dela. E o mais importante é que esta abordagem não é realizada apenas por meio de reportagens; ela é desenvolvida também na publicação de perfis de pessoas que vivem ou já viveram nas ruas, o que contribui para humanizar esse indivíduos, ao contar suas histórias de

vida. Outro aspecto interessante do veículo é a seção “Cabeça Sem-teto”, em que os vendedores da revista, pessoas que estão ou estiveram em situação de rua, são estimulados a produzir reportagens ou outros tipos de texto, como poesias, entrevistas, relatos autobiográficos e artigos opinativos.

Semelhantes à “Ocas”, existem outros veículos publicados em mais de trinta países, que recebem apoio da International Network of Street Papers (INSP). O modo de comercialização dessas revistas também contribui para desconstruir o muro que separa a população de rua das pessoas que circulam pela cidade – dois grupos que, apesar de compartilharem o espaço urbano, raramente estabelecem um diálogo. Assim, no momento em que ocorre a abordagem para a venda, busca-se criar uma relação diferente da que existe, por exemplo, quando se atende um pedido de esmola.

A revista “Ocas” é publicada por uma ONG sem fins-lucrativos, de modo que não está submetida aos interesses comerciais que existem dentro da grande mídia. Mas existem matérias diferentes das encontradas nos cadernos de bairro do jornal “O Globo” também em veículos que não são produzidos pelo terceiro setor. É o caso, por exemplo, da reportagem especial publicada na edição 471 da revista “Carta Capital” sob o título “A vida no subsolo”¹⁰⁵. A matéria parte do caso particular de dez homens e mulheres que vivem num buraco no subsolo de São Paulo para falar com profundidade sobre a realidade da população de rua. O repórter não “doura a pílula”, não deixa de falar do uso de drogas e da violência que existe nesse meio, mas também não dá um tratamento moralista ao problema e não condena todo o segmento aos estereótipos do “vagabundo”, do “viciado”, ou do “criminoso”. Pelo contrário, a matéria dá visibilidade ao sofrimento e também a solidariedade que existe nas ruas; assim como conta a história de pessoas que trocaram as calçadas por moradias em ocupações de imóveis abandonados organizadas por “sem-tetos”, e que reconquistaram sua autonomia reciclando material e produzindo luminárias a partir de bagaço de cana. A matéria, de seis páginas, aborda também as estratégias públicas para tentar retirar as pessoas da rua, denunciando suas deficiências e violências.

Discursos jornalísticos como os das revistas “Ocas” e “Carta Capital” instigam novos olhares sobre a existência de pessoas em situação possíveis e contribuem para modificar a forma como a sociedade lida com o problema. Assim, a partir de uma abordagem jornalística que não

¹⁰⁵ MARTINS, Rodrigo. *A vida no subsolo*. **Carta Capital**. São Paulo, 21 nov. 2007., p. 10-15.

trate genericamente quem vive nas ruas apenas como seres inconvenientes e perigosos, mas provoque uma compreensão mais detalhada da condição de vida deste indivíduo e investigue as causas — sociais, políticas, econômicas, psicológicas e culturais — que provocam esta situação de exclusão, espera-se uma nova postura da sociedade no sentido de cobrar e agir concretamente na formulação e implementação de uma política pública que invista na geração de renda, no atendimento médico e psicológico adequado, no tratamento da dependência química, sem preconceito, e no planejamento familiar, sem falso moralismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Artigos e livros

ARENDDT, H. 1999. **Da Revolução**. São Paulo: Ática.

BOLTANSKI, L. 1999. **Distant suffering: morality, media, and politics**. Cambridge cultural social studies_Cambridge, UK ; New York, NY: Cambridge University Press.

CASTEL, R., 1998. **As Metaformoses da Questão Social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. Rio de Janeiro: Editora Loyola, 1996.

MOREIRA, J. F. 1999. **No olho da rua**. Rio de Janeiro: Litteris Ed: KroArt.

ROSA, C. M., VIEIRA, M. e BEZERRA, E. 1994. **População de Rua: quem é, como vive, como é vista**. São Paulo: Editora Hucitec.

SILVA FILHO, D. S. 2002. **Feios Sujos e Malvados - Os sem teto e o mundo do trabalho na rua**. Cadernos de Sociologia e Política Fórum dos Alunos do Iuperj, Rio de Janeiro, v. 5, p. 129-151.

TUCHERMAN, I. e SCHREIBER, M. 2006. **Ciência e mídia: negociações e tensões**. Rio de Janeiro: Revista ECO-RJ, volume 9, p. 246-262.

VEIGA-NETO, A. **Foucault e a educação**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

VIGARELLO, G. 1996. **O limpo e o sujo: uma história da higiene corporal**. São Paulo: Martins Fontes.

Cartas de leitores do caderno 'Zona Sul'

ABREU, Sílvia de. *Abandono em Botafogo*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 abr. 2007. Zona Sul, p. 2.

ALMEIDA, Carlos. *Mendigos em Botafogo*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 ago. 2007. Zona Sul, p. 2.

AQUINO, Adail. *Abandono das praças*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 mai. 1985. Ipanema, p. 2.

AQUINO, Adail. *Leblon abandonado*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 24 jun. 1985. Ipanema, p. 2.

BARBOSA, Lourdes. *População de Rua*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 jul. 2007. Zona Sul, p. 2.

BERGAMINI, Noel. *Abandono total*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 ago. 1985. Copacabana, p. 2.

CASTILHOS, Regina. *Camelôs no calçadão*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 01 abr. 1985. Copacabana, p. 2.

CUNHA, Davi e Lucia. *Moradores de rua*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 abr. 2007. Zona Sul, p. 2.

FARIA, Maria. *Miséria na rua*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 fev. 1985. Copacabana, p. 2.

FERNANDES, Eduardo. *Inferno na Torre*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 jun. 1985. Ipanema, p. 2.

FRAGA, Maria. *Calçadas ocupadas*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 ago. 2007. Zona Sul, p. 2.

GOUDARD, Gelasio. *Ricos, Pobres e o IPTU*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 mai. 1985. Botafogo p. 2.

MARGARIDA, Juracy. *Bagunça na orla*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 01 fev. 2007. Zona Sul, p. 2.

MACHADO, Juliana. *Mendigos em Botafogo*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 03 mai. 2007. Zona Sul, p. 2.

MACHADO, Nilza. *Problemas da cidade*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 abr. 1985. Copacabana, p. 2.

MADEIRA, Manoel. *Praça sem paz*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 05 ago. 1985. Ipanema, p. 2.

MELLO, Ângela. *Praça abandonada*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 jun. 2007. Zona Sul, p. 2.

MORAES, Olympio. *Rodoviária imunda*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 jul. 1985. Botafogo p. 2.

MOREIRA, Julio. *A praça não é mais do povo*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 jul. 1985. Ipanema, p. 2.

MOREIRA, Julio. *Favela no Jardim de Alá*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 fev. 1985. Ipanema, p. 2.

ROSA, Heribaldo. *Sujeira e mendigos*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 jun. 1985. Botafogo p. 2.

SANTOS, Ângela. *Moradores de rua*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 02 ago. 2007. Zona Sul, p. 2.

SCANSETTI, Carlos. *Água contra mendigos*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 fev. 2007. Zona Sul, p. 2.

SILVA, Antonio. *Água contra mendigos*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 01 fev. 2007. Zona Sul, p. 2.

SOUZA, Marilene. *Barulho e sujeira*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 08 abr. 1985. Copacabana, p. 2.

Estudos na Internet

Estimativa do Número de Pessoas em Situação de Rua da Cidade de São Paulo em 2003. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo. 2003. http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/assistencia_social/pesquisasemapas/0001.

Reportagens

A hora das crianças: praças estão imundas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 06 ago. 1985. Botafogo, p. 4.

A Praça N. S. da Paz é dos mendigos. Até casa já tem. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 jul. 1985. Ipanema, p. 5.

A Praça (que não é) da Paz. Até casa já tem. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 jul. 1985. Ipanema, p. 5.

ASSIS, Denise. *Calçadas são uma boa. Para os mendigos*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 ago. 1985. Copacabana, p. 4.

ASSIS, Denise. *Lojistas apelam à creolina contra sujeira de mendigos*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 fev. 1985. Copacabana, p. 6.

A vista é linda. Falta cuidar do mirante. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 mar. 1985. Ipanema, p. 4.

BORGES, Waleska. *A arte que nasce do abandono*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 abr. 2007. Zona Sul, p. 14-15.

BORGES, Waleska. *Bancos da orla estão caindo aos pedaços*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 abr. 2007. Zona Sul, p. 6.

BORGES, Waleska. *Medo no Major Rubem Vaz*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 01 fev. 2007. Zona Sul, p. 10.

BORGES, Waleska. *Perigo na travessia do túnel*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 mar. 2007. Zona Sul, p. 3.

BORGES, Waleska. *Sem segurança, ladrões atacam à luz do dia*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 08 fev. 2007. Zona Sul, p. 4-5.

BORGES, Waleska. *Sinal aberto para os assaltos*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 03 mai. 2007. Zona Sul, p. 6.

Casas ocupadas tiram a paz da Leite Leal. **O Globo**, Rio de Janeiro, 02 abr. 1985. Botafogo, p. 7.

Com o muro, a São Tomás de Aquino ficou bem segura. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 mai. 1985. Copacabana, p. 5.

Começa Movimento para recuperar a Sara Kubitschek. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 fev. 1985. Copacabana, p. 4.

Conheça o mapa da desordem na Zona Sul. **O Globo**, Rio de Janeiro, 24 mai. 2007. Zona Sul, p. 6.

Crianças para debaixo do tapete. **O Globo**, Rio de Janeiro, 03 mai. 2007. Zona Sul, p. 4-5.

Cumplicidade de 25 anos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 mar. 2007. Zona Sul – 25 anos, p. 2.

Do sonho de vencer nos gramados aos bastidores da sala de projeção. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 ago. 2007. Zona Sul, p. 40.

Edifícios se cercam de grades para evitar os roubos e mendigos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 jul. 1985. Copacabana, p. 4.

Faltam vagas em escolas para menores abrigados. **O Globo**, Rio de Janeiro, 01 mar. 2007. Zona Sul, p. 5.

FORTUNA, Maria *Em Copacabana, sinal verde para o medo.* **O Globo**, Rio de Janeiro, 08 mar. 2007. Zona Sul, p. 4-5.

FORTUNA, Maria. *Quando a casa é no meio da praça.* **O Globo**, Rio de Janeiro, 05 abr. 2007. Zona Sul, p. 8.

FORTUNA, Maria. *Quando a praça vira casa.* **O Globo**, Rio de Janeiro, 07 jun. 2007. Zona Sul, p. 8.

FREITAS, Dilza. *Praças de Copacabana têm de tudo. Só falta área de lazer.* **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 ago. 1985. Copacabana, p. 7.

GALDO, Rafael. *Apesar da beleza, parques estão vazios.* **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 jul. 2007. Zona Sul, p. 6.

GALDO, Rafael. *Assaltos a transeuntes crescem 25%.* **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 jun. 2007. Zona Sul, p. 4-5.

GALDO, Rafael. *E continua o abandono...* **O Globo**, Rio de Janeiro, 02 ago. 2007. Zona Sul, p. 3.

GALDO, Rafael. *Insegurança em ruas do Alto Leblon.* **Globo**, Rio de Janeiro, 21 jun. 2007. Zona Sul, p. 14-15.

GALDO, Rafael. *Porta aberta à insegurança.* **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 jul. 2007. Zona Sul, p. 3.

GOMES, Aline. *População de rua intimida pedestres.* **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 jun. 2007. Zona Sul, p. 20-21.

Jardim de Alá, feito para o lazer, virou palco de tristes cenas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 jul. 1985. Ipanema, p. 4.

Leblon não quer catadores. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 mai. 1985. Ipanema, p. 5.

Lixo no terreno baldio, um problema na Leopoldo Miguez. **O Globo**, Rio de Janeiro, 27 mai. 1985. Copacabana, p. 5.

Lixo, um vizinho indesejado. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 jun. 1985. Copacabana, p. 3.

LIMA, Ludmilla. *Ações sociais serão suspensas após os Jogos.* **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 jun. 2007. Zona Sul, p. 4-5.

MASCARENHAS, Gabriel. *Menos crimes entre a Glória e o Flamengo.* **O Globo**, Rio de Janeiro, 02 ago. 2007. Zona Sul, p. 6-7.

Mendigos e catadores de papel, sérios problemas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 mai. 1985. Copacabana, p. 9.

MIRANDA, Patrícia. *Copacabana, na visão dos estrangeiros. Até casa já tem.* **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 mai. 1985. Copacabana, p. 4.

MIRANDA, Patrícia. *Muito lixo, detritos e mendigos espalhados pelas nossas esquinas.* **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 mar. 1985. Copacabana, p. 3.

MIRANDA, Patrícia. *Poucas 'clareiras' de lazer na paisagem.* **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 ago. 1985. Copacabana, p. 7.

No viaduto, uma cena bem comum. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 fev. 1985. Botafogo, p. 3.

Novo administrador: associações avaliam. **O Globo**, Rio de Janeiro, 05 ago. 1985. Copacabana, p. 4.

Onde o morador tem mais espaço. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 mar. 2007. Zona Sul – 25 anos, p. 6.

O que o Brasil pensa do Rio. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 abr. 2007. Zona Sul, p. 6.

Praça Atahualpa na pior: só desocupado freqüenta. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 jul. 1985. Ipanema, p. 5.

Pé de saco e de isopor na Lagoa. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 jun. 2007. Zona Sul, p. 4-5.

Sara kubitschek será transformada num lugar decente. Até que enfim. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 jul. 1985. Copacabana, p. 7.

TEMER, Gabriela. *Sujeira no Largo do Machado.* **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 jun. 2007. Zona Sul, p. 3.

TEMER, Gabriela. *Praça no Leblon tem iluminação trocada.* **O Globo**, Rio de Janeiro, 07 jun. 2007. Zona Sul, p. 3.

Um marco na história do GLOBO. O Globo, Rio de Janeiro, 31 mar. 2007. Zona Sul – 25 anos, p. 3.

Vizinhos indesejáveis estão tirando o sossego da Tonelero. O Globo, Rio de Janeiro, 04 mar. 1985. Copacabana, p. 4.

Reportagens on-line

Estudo da prefeitura traça o perfil de 1682 moradores de ruas. G1. Rio de Janeiro, 09 nov. 2006. Disponível em <http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,AA1345085-5606,00.html>. Acesso: 12/09/2007.

MACHADO, Grazielle. *Censo de moradores de rua será feito a partir de outubro pelo Ministério de Desenvolvimento Social. Agência Brasil*. Brasília, 25 ago. 2007. Disponível em <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/08/24/materia.2007-08-24.8286537117/view>. Acesso: 12/09/2007.